

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA  
ESCOLA SUPERIOR DE TEATRO E CINEMA



# **BOTÂNICA E COLONIZAÇÃO: UMA PERSPECTIVA PESSOAL SOBRE A HISTÓRIA DAS PLANTAS**

TRABALHO DE PROJETO

MESTRADO EM TEATRO - ESPECIALIZAÇÃO EM ARTES PERFORMATIVAS

---

**Ana Mafalda Berenguer Veiga**

Amadora, Junho / 2022

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA  
ESCOLA SUPERIOR DE TEATRO E CINEMA

# **BOTÂNICA E COLONIZAÇÃO: UMA PERSPETIVA PESSOAL SOBRE A HISTÓRIA DAS PLANTAS**

**Ana Mafalda Berenguer Veiga**

Trabalho de Projeto submetido à Escola Superior de Teatro e Cinema para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Teatro, especialização em Artes Performativas, realizada sob a orientação científica do Professor Especialista Diogo Bento, Professor da disciplina de Artes Performativas, e a coorientação da Professora Doutora Inocência Mata, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Professora da disciplina de Literaturas Africanas.

Amadora, junho / 2022

## **Agradecimentos**

Aos professores Diogo Bento e Inocência Mata, orientadores deste trabalho de projecto, por todo o apoio dado no decurso da criação deste trabalho de projeto.

À minha família, pelo apoio imenso que deram à conceção deste projeto, assim como a sua enorme generosidade por terem contado tantas histórias das suas vidas.

Aos meus colegas de Mestrado, pelo apoio e encorajamento dado ao longo de todo o Mestrado de Artes Performativas.

## **Resumo**

Uma das consequências menos abordadas da expansão portuguesa é a trasladação de plantas para várias partes do mundo, o que redefiniu não só a flora desses lugares, mas também a criação de novos costumes e de novos hábitos (alimentares, medicinais, entre outros). Consequentemente, esta mudança levou a um processo de adaptação forçada das plantas a um ambiente que não era o seu.

É através da abordagem desta questão no meu trabalho de projeto que pretendo estabelecer um paralelismo com uma outra realidade da colonização portuguesa, nomeadamente dos que regressaram das ex-colónias após o 25 de Abril de 1974, - comumente conhecidos por “retornados”, pois tal como as plantas, e apesar do nome que lhes foram atribuídos, para muitos a ida para Portugal não foi de todo um retorno, mas sim uma mudança para um novo país e uma nova realidade. A problematização partirá de um ponto de vista pessoal, pois a minha família viveu em Angola durante vários anos, e foi forçada a voltar após o 25 de Abril e a declaração de Independência oficial de Angola, sendo assim, tal como as plantas, forçada a adaptar-se a uma nova realidade.

*Palavras-chave:* estudos pós-coloniais; artes performativas; estudos culturais; estudos da memória.

## **Abstract**

One of the least addressed consequences of the Portuguese Expansion is the transfer of plants to various parts of the world, which redefined not only the flora of those places, but also the creation of new customs and habits (food, medicinal, among others). Consequently, this change led to a process of forced adaptation of the plants to an environment that was not their own.

It is by approaching this question in my project work that I intend to establish a parallel with another reality of the Portuguese colonization, namely those who returned from the former colonies after the 25th of April 1974, - commonly known as "retornados", because just like the plants, and despite the name that was attributed to them, for many of them, going to Portugal was not a return at all, but rather moving into a new country and a new reality. The problematization will start from a personal point of view, since my family lived in Angola for several years, and was forced to return after the 25th of April and the declaration of Angola's official Independence, thus being, like the plants, forced to adapt to a new reality.

*Keywords:* post-cultural studies, performativa artes, cultural studies; memory studies.

<b>Índice</b>	
<b>Introdução .....</b>	<b>5</b>
<b>Capítulo I - Contextualização Histórica .....</b>	<b>7</b>
<b>I.I O período da Expansão Portuguesa .....</b>	<b>7</b>
<b>I. II A chegada dos portugueses a Angola .....</b>	<b>9</b>
<b>I.III Quatro séculos depois: a Guerra Colonial (1961 – 1974).....</b>	<b>10</b>
<b>I.IV Os “retornados” e o regresso a Portugal .....</b>	<b>15</b>
<b>Capítulo II – “An in-between framework”: uma possível problematização da colonização portuguesa .....</b>	<b>20</b>
<b>II.I O domínio da Natureza como forma de colonização e o conhecimento adquirido através da violência.....</b>	<b>21</b>
<b>II.II Entre Próspero e Caliban: o “oito-oitentismo” da colonização portuguesa</b>	<b>24</b>
<b>II.III O “retornado” como possível Outro e a descolonização da História .....</b>	<b>26</b>
<b>Capítulo III – “Botânica e Colonização”: conceção do trabalho de projeto.....</b>	<b>30</b>
<b>III.I A “Botânica” de Vasco Araújo: as plantas como o Outro .....</b>	<b>30</b>
<b>III.II A palestra-performance como contestação da objetividade científica e académica .....</b>	<b>32</b>
<b>III. III Os objetos como invocação de memória e identidade e a problemática da reconstituição do passado.....</b>	<b>33</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>38</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>40</b>
<b>Filmografia .....</b>	<b>43</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>44</b>

## Introdução

O período de Expansão Portuguesa é considerado um dos momentos áureos da História de Portugal, devido ao facto de ter proporcionado uma das maiores eras de prosperidade que se conhece até hoje na história do país, devido à descoberta de novos territórios, ao estabelecimento de relações comerciais com várias entidades poderosas pelo mundo inteiro e pelo tráfico de escravos. As repercussões desta época ressoam até hoje, pois todo este processo levou a alterações permanentes a nível cultural, geográfico e humano. Esta narrativa aparentemente gloriosa e bem-sucedida apresenta várias lacunas e omissões, nomeadamente de quem sofreu os seus efeitos diretamente, como foi o caso dos povos colonizados. Existem, todavia, outras vítimas da colonização que sofreram os seus efeitos de quem nunca se fala, como é o caso das plantas.

Ao longo do período de colonização, as plantas foram vítimas de vários processos, que incluem o abate, a trasladação para novos locais, e a sua transformação em objetos e estruturas várias, desde barcos a mobília. É a partir desta ideia das plantas como vítimas da colonização que surgiu o trabalho de projeto *Botânica e Colonização*, uma palestra-performance que procura abordar esse processo. A ligação entre as plantas e a temática da colonização é feita através de objetos de família que vieram de Angola, sendo o foco principal duas cadeiras vermelhas que faziam parte de um conjunto que foi distribuído por vários membros.

A abordagem da história da família não vem ao acaso, visto que a minha família viveu em Angola durante vários anos, tendo regressado a Portugal entre o período da Guerra Colonial e a Independência de Angola, fazendo parte do grupo a quem foi dado o nome pejorativo de “retornados”, e cujo processo de chegada e adaptação a Portugal foi bastante complicado, tendo sofrido o preconceito por parte dos portugueses da metrópole, e acabando por cair no esquecimento. Assim, através da ligação da mobília, abordar-se-á duas problemáticas que estão ligadas entre si através da mobília: as plantas como vítimas da colonização e a situação dos “retornados”.

No primeiro capítulo, será feita uma breve contextualização histórica, destacando o princípio do período da Expansão Portuguesa e as motivações que levaram à partida para outros locais, nomeadamente os que estão ligados a plantas, como é o caso do trigo, cereal essencial para a população portuguesa e cuja escassez terá levado a terríveis períodos de fome. De seguida, será analisada a chegada dos portugueses a Angola e a evolução das relações entre os portugueses e o povo angolano, assim como o gradual

domínio dos territórios, saltando de seguida para o período da Guerra Colonial e da Independência de Angola e das consequências que daí advieram. Por fim, será abordado a chegada dos “retornados” a Portugal, embora muitos nunca tivessem vindo para Portugal, sendo assim uma vinda para um outro país.

No segundo capítulo, será abordada a temática da colonização à luz das teorias dos Estudos Pós-Coloniais, abordando autores como Edward Said, Homi Bhabha, Stuart Hall e Ella Shohat, procurando problematizar os vários problemas inerentes ao período pós-colonial. De seguida, será abordado o caso complexo da colonização portuguesa, destacando-se as abordagens de Alfredo Margarido e Boaventura de Sousa Santos em relação às possíveis formas de domínio dos portugueses sobre os colonizados, enquadrando as relações com as plantas e a situação dos “retornados”.

Por fim, no terceiro capítulo, será analisada a *Botânica e Colonização*, expondo a linha de raciocínio do processo criativo e problematizando várias questões inerentes ao trabalho, nomeadamente a escolha da palestra-performance para a apresentação do trabalho de projeto e a temática da memória nas suas várias vertentes, como a memória coletiva, o pós-memória e a noção de arquivo, sendo analisadas à luz das teorias de Aleida Assman, Maurice Halbwach e Zygmunt Bauman.

## Capítulo I - Contextualização Histórica

### I.I O período da Expansão Portuguesa

O período da expansão portuguesa (comumente conhecida como “os descobrimentos”) tem origens pouco claras e as motivações para a justificação de um empreendimento que durou vários séculos são várias. Segundo A. H. de Oliveira Marques (doravante denominado Oliveira Marques), as origens da Expansão Portuguesa remontam a 1411, quando D. João I associa o seu filho mais velho, D. Duarte, ao Governo do país, e começam a organizar um plano de expansão militar no norte de África, especificamente em Ceuta. A motivação para tal empreendimento não parece ser fruto do acaso. Oliveira Marques refere que o objetivo de D. João I era o de conquistar territórios e tirar proveitos para a burguesia e aristocracia portuguesas, tentando quietá-los. Todavia, havia um rumor de que as terras marroquinas eram propícias para o cultivo de trigo, para além de que Ceuta servia como um centro importante de cereais entre o Atlântico e o Mediterrâneo. O trigo era extremamente importante, para não dizer essencial, na alimentação dos portugueses, devido ao pão, mas escasseava com frequência, ao ponto de, no reinado de D. Afonso IV, haver uma crise de fome que matou dois terços da população. Aliás, as terras em Portugal eram pouco férteis e parte dos terrenos que poderiam ser utilizados para cultivo estavam abandonados.

A conjuntura da época parecia ser a ideal para a expansão, começando com o facto de que, nesta época, a navegação estava bastante desenvolvida, devido à criação e aperfeiçoamento de ferramentas de navegação, como a bússola, o leme central e a vela latina, técnicas de navegação, como é o caso da navegação à bolina, assim como mão de obra especializada, pois os pescadores portugueses tinham as técnicas de navegação de tal forma aperfeiçoadas que foram gradualmente alcançando as águas africanas.

A busca por terras férteis para a plantação de trigo durante o período da expansão portuguesa seria relativamente bem-sucedida: no século XV, por exemplo, a principal fonte de rendimento das ilhas dos Açores era a exportação de trigo, devido aos seus terrenos férteis e, numa fase inicial, a ilha da Madeira também se dedicou à plantação de trigo, tendo bons resultados. Todavia, o mesmo não aconteceu noutros locais. Em Ceuta, conquistada pelas suas terras férteis e searas abundantes, os portugueses não cuidaram das plantações existentes, para além de que os pontos de comércio do trigo passaram a ser feitos noutros locais. Nas colónias africanas e no Brasil, era possível plantar trigo,

assim como outros legumes, frutos, entre outros, mas de acordo com vários relatos, o trigo não dava espiga, nem semente, tornando a ceara inviável para consumo ou, na melhor das hipóteses, amadurecia de forma irregular, como comprova o relato de Ambrósio Fernandes Brandão das suas experiências com plantações de trigo em Pernambuco:

Antes, quando umas espigas estavam todas perfeitas, atrasavam em leite e algumas começaram por botar pendão, pelo que foi necessário separarem-se as espigas gradas e maduras, como deixar ficar as outras, o que dava muito trabalho. (Ferrão, 2005, p.18)

Posteriormente, chegar-se-iam a novas conclusões sobre a melhor forma de plantar trigo, que passariam, por exemplo, por plantá-lo em zonas mais elevadas, como contou o botânico Pio Correia nos seus relatos de plantações de São Vicente. No entanto, para Portugal, a busca por terras férteis para plantações de trigo perdeu o interesse no século XVI, preferindo importá-lo, para além de que a descoberta de alternativas ao trigo noutros locais, como foi o caso do milho, permitiu resolver o problema das crises de fome. Outra motivação para a expansão portuguesa estava ligada ao Oriente, onde se sabia haver negócios rentáveis, como o das especiarias, que era feito através de uma rede de mercadores e de feitorias muçulmanas e do qual provinham grandes fortunas, o que não acontecia no Ocidente, onde havia falta de ouro e uma progressiva desvalorização da moeda.

De forma a assegurar o monopólio português, D. Manuel I enviou representantes, a quem foram dados o título de vice-reis, para que desmantelassem essas redes de comércio e assegurassem o comércio português. Num cargo que durou pouco mais de um século, destacam-se dois dos primeiros vice-reis da Índia: Francisco de Almeida, responsável pela construção de fortalezas em pontos estratégicos do Índico, assim como o estabelecimento de uma esquadra no mesmo; e Afonso de Albuquerque, o mais célebre, devido ao domínio do Golfo Pérsico através da conquista de Ormuz (1507), assim como pelas conquistas de Goa (1510), Malaca (1511) e a criação de uma base para uma sede de administração portuguesa, criando assim os alicerces para o monopólio português no Oceano Índico, e retirando o domínio aos muçulmanos.

Todavia, à medida que as explorações avançavam, foram surgindo outras oportunidades de negócio com a descoberta de novas plantas, como foi o caso do açúcar, que se tornou uma das maiores fontes de rendimento durante a época da expansão portuguesa. Originalmente, a cana de açúcar vinha do sueste asiático, mas foi introduzida

em África pelos muçulmanos, existindo relatos de portugueses sobre a existência de cana-de-açúcar em África, como é o caso desta observação de Frei João dos Santos:

(...) há mui grandes canaviais de canas-de-açúcar ao longo do rio que os cafres semeiam e cultivam cada ano para fazer açúcar (como se poderia fazer nesta terra se houvera engenhos), mas somente para comer. (Ferrão, 2005 [1993], p. 29)

Para além do consumo direto da cana, esta também era utilizada para fazer melão e vinho. A extração do seu suco era ainda utilizada como medicamento.

O domínio do negócio do açúcar pertencia aos italianos, sendo vendido por comerciantes de Génova e Veneza. O Infante D. Henrique viu potencial no negócio do açúcar ao ver os preços elevados nos mercados do norte da Europa e decidiu criar engenhos da ilha da Madeira, contrariando as opiniões sobre o potencial do território para as plantações de trigo. Numa fase experimental, foram plantadas canas-de-açúcar em vários locais, tentando estimular-se a produção. Os locais que acabaram por ser escolhidos para a produção de açúcar seriam a ilha de Príncipe e o Brasil, sendo este último o maior produtor de açúcar, chegando a ter quatrocentos engenhos<sup>1</sup>.

Independentemente dos motivos e das motivações, deu-se então a expansão do território português por todo o mundo durante o século XV e parte do século XVI, dando assim origem ao Império Português. Este manter-se-ia durante vários séculos, embora de forma inconstante, entre conquistas de novos territórios, perda de outros tantos e a sua utilidade como moeda de troca em negociações, até à devolução, em 1999, do território de Macau à China, ato que marca simbolicamente o fim do Império Português.

## **I. II A chegada dos portugueses a Angola**

A chegada dos portugueses a Angola deu-se em 1484, quando Diogo Cão atravessou a foz do rio Congo, chegando ao reino do Congo, que era governado pelo *manicongo*<sup>2</sup> Nzingo a Nkuwu<sup>3</sup>. Inicialmente, as relações entre os portugueses e os habitantes do reino eram amistosas e pacíficas, pois não só os portugueses adotaram uma abordagem de diplomacia pacífica para com o povo congolês, mas também, segundo o

---

<sup>1</sup> Engenhos – Nome dado ao local onde era produzido o açúcar;

<sup>2</sup> Manicongo – Título dado aos governantes do reino do Congo;

<sup>3</sup> Nzingo a Nkuwu (1440-1506) – Sétimo *manicongo* do reino do Congo entre 1470 e 1506, também, sendo conhecido pelo seu contacto com os portugueses e pela adoção da religião católica e de um nome português, tendo inclusivamente adotado um nome português, D. João I do Congo;

historiador Douglas Wheeler, os congoleses aceitaram os seus padres e mostraram-se desejosos de aprender os seus costumes e de adotar a sua religião, incluindo os próprios *manicongos* e nobres que não só adotaram a religião católica, como adotaram nomes portugueses que mantiveram a partir de então. No entanto, as relações entre os povos foram azedando pois, segundo Wheeler, os congoleses pareciam não cooperar com os portugueses quando algo lhes parecia ser anti-religioso, como seria o caso da escravatura. Para além disso, cada *manicongo* que subia ao trono tinha pontos de vista diferentes em relação à presença portuguesa no território, oscilando entre desejos de cooperação e de conflito. Estas lutas prolongar-se-iam ao longo de quatro séculos, num duelo de forças entre portugueses e angolanos, numa negociação sistemática que envolvia escravos, territórios e escolha de reis. Aliás, a conquista do território prolongar-se-ia até ao século XX.

### **I.III Quatro séculos depois: a Guerra Colonial (1961 – 1974)**

O século XX começa com uma crescente tensão entre angolanos e portugueses, devido à discriminação dos primeiros, o que lhes impedia o acesso a melhores condições de vida e igualdade de direitos face aos portugueses. Nos anos 20 e 30, antes do Estado Novo, foram criadas políticas que contrariavam a filosofia da assimilação que esteve vigente até ao século XIX, ou seja, de que os africanos iriam “assimilar-se” ao sistema europeu ao viverem sob os seus costumes. Em 1926, o ministro das Colónias João Belo <sup>4</sup> aprovou o *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas, nas colónias de Angola, Guiné e Moçambique (1926)* que reconhecia os direitos naturais dos indígenas e a obrigação de “satisfazer os seus deveres morais e legais de trabalho, educação e auto melhoramento” (Pélissier, Wheeler, 2006, p.195) assim como o dever de melhorar a elevação gradual dos indígenas e alterar os seus modos de vida, de maneira a integrá-los na secção europeia da respetiva colónia. Em teoria, as novas políticas serviam como uma forma de assimilação dos colonizados no sistema cultural português, enquanto tentava simultaneamente respeitar e preservar a cultura africana, tendo o estado um papel protetor tanto para colonos como colonizados.

Todavia, a realidade parecia não passar da teoria. Os africanos viviam num regime à parte dos colonos, regendo-se pelos seus próprios costumes, podendo ainda ter chefes

---

<sup>4</sup> João Belo (1878-1928) – Militar do exército português, conhecido pelo seu trabalho como administrador de Moçambique entre 1895 e 1925;

nativos desde que não atentassem contra o regime português. Para trabalhar, eram obrigados a apresentar uma espécie de cadernetas, que funcionavam simultaneamente como bilhete de identidade e registo criminal, supervisionadas por uma força policial africana que, por sua vez, estava sob direção portuguesa. Esta caderneta servia como um entrave burocrático no acesso dos angolanos a postos de trabalho, nomeadamente a cargos administrativos do Governo, como consta num dos testemunhos citados na *História de Angola* (2016):

O bilhete de identidade é, para nós indígenas, uma questão de vida ou de morte. Dela depende o futuro e o futuro dos nossos filhos (...) perdoar-nos-á, vossa Excelência, a franqueza com que declaramos não compreender como é que, ao cabo de quatro séculos de governação portuguesa, a fim de obtermos tão importante documento, ainda temos de nos apresentar às autoridades administrativas, não para nos dizer em que somos bem-comportados ou que não somos vagabundos, mas para nos darem um documento de emancipação racial. É um abuso que só a muito custo poderemos tolerar. (Pélissier, Wheeler, 2016, p.202)

Muitas vezes, os trabalhos disponíveis estavam ligados a trabalhos manuais, desde explorações de café e algodão a trabalho em fábricas, estando sujeitos a salários mais baixos, senão inexistentes, e maus tratos sistemáticos através do uso de castigos corporais com chicotes e palmatórias, devido à crença de que, dada a natureza inferior e infantil do africano, tais formas de tratamento eram apropriadas ao seu carácter.

Durante o período do Estado Novo (1933-1974), surgiram novos documentos relativos ao estatuto do indígena, nomeadamente o *Acto Colonial* (1930), a *Carta Orgânica do Império Cultural Português* (1933) e a *Lei da Reforma Administrativa Ultramarina* (1954), onde se definia o indígena como:

Um africano ou descendente de africanos, governado por costumes nativos, que ainda não tinha sido “promovido” a um nível cultural ou grau de civilização que lhe permitisse reger-se pelas mesmas leis que os cidadãos portugueses. (Pélissier, Wheeler, 2016 , p.196)

No entanto, apesar das condições a estavam sujeitos os africanos, a entrada de Portugal nas Nações Unidas em 1955 levou a que fossem feitas várias alterações à perspectiva vigente do tratamento de Portugal para com as suas colónias, tentando evitar contestações a nível internacional. A ideia que o regime tentou transmitir era de que as colónias faziam parte do território metropolitano português, não podendo assim ser

separadas. Aliás, em 1951, o termo “colónias” seria erradicado de documentos oficiais e discursos, passando a denominar-se “províncias ultramarinas”, reforçando a ideia de que as colónias e a metrópole seriam um só.

Todavia, todas estas políticas não melhoraram a situação dos colonizados, pois o sistema de trabalho desvalorizava-os e continuava a sujeitá-los a maus tratos, para além da impossibilidade de arranjar trabalhos melhores, devido ao controlo feito através das cadernetas. Um dos caminhos possíveis para a ascensão social dos indígenas era garantida sobretudo pelas missões católicas e protestantes e que passava inevitavelmente pela conversão religiosa. Todavia, e apesar dos programas criados nos anos 50 com o objetivo de melhorar a educação, abrindo as escolas a *estudantes de todas as raças* (Pélissier, Wheeler, 2016, p.200), tornando-as assim inclusivas, consta que, no final dos anos 50, a taxa de analfabetos era de 97%. Para além disso, também havia a resistência dos próprios portugueses à melhoria do estatuto dos angolanos. A sua condição era alvo de críticas de várias figuras importantes da política e membros de grupos religiosos, mas que parecia não ter qualquer efeito junto das entidades que governavam Angola.

Tudo isto causaria indignação entre o povo angolano, havendo vários protestos, mas as revoluções apenas começariam a partir de 1961. A razão para tal, na opinião de René Pelissier deve-se ao facto de que os angolanos não “dispunham do equivalente de um Espártaco da sua própria raça” (Pélissier, Wheeler, 2016, p.234), devido em grande à gradual expulsão e abolição de assimilados angolanos que outrora formavam uma elite intelectual e política dentro de Angola. Assim, foram surgindo vários partidos cujo objetivo era o fim do domínio português, mas que acabavam por durar pouco tempo, pois ora eram desmantelados pela PIDE, ora tinham pouca adesão por parte dos angolanos, ou tinham líderes que não se mobilizavam pela causa. René Pelissier refere um “observador atento”, que nunca nomeia e que terá contado todos os partidos que foram criados durante a época da Guerra Colonial. Contabilizou cinquenta e oito. Apenas três deles acabariam por vingar: o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), criado em 1956 através da fusão da PLUA (Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola) com outras organizações menos conhecidas, sendo constituída por jovens marxistas e cujos líderes eram Agostinho Neto<sup>5</sup>; a UPA (União das Populações de Angola), posteriormente FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), conhecida pelos seus ataques militares e

---

<sup>5</sup> Agostinho Neto (1922- 1979) – Escritor, médico e político angolano, conhecido como um dos líderes do MPLA e o primeiro Presidente de Angola após a Independência, desempenhando funções entre 1975 e 1979.

liderada por Holden Roberto<sup>6</sup>; e por fim, a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), criada em 1966, liderada pelo ex-membro do MPLA, Jonas Savimbi.<sup>7</sup>

Contudo, a primeira revolução em Angola não seria organizada pelos partidos políticos, mas sim pelos produtores de Cassange, devido à imposição de plantação quase exclusiva de algodão por parte da COTONANG (Companhia Geral dos Algodões de Angola), o que fazia com que faltassem produtos alimentares. Para além disso, os produtores eram obrigados a vender os seus produtos a preços consideravelmente mais baixos. Assim, em janeiro de 1961, os produtores recusaram-se a trabalhar e a pagar impostos e atacaram várias lojas, uma igreja e um posto administrativo. A revolta levaria a uma retaliação militar através de bombardeamentos e tiroteios, o que levaria a um número de mortos que ainda hoje é incerto, devido à disparidade entre os números portugueses e angolanos. Este seria o ponto de partida para o início da guerra colonial que se prolongaria até 1974.

Este período seria caracterizado por várias tentativas de golpes de Estado, massacres por parte de ambos os lados, destruição de fazendas e invasões. Todavia, segundo René Pelissier e Douglas Wheeler, ao contrário do que aconteceu nos outros países, Angola teve um número significativamente menor de mortos durante a guerra quando comparados com outras colónias, devendo-se sobretudo aos avanços tecnológicos da época. Para além disso, os ataques ocorreram sobretudo no interior de Angola, avançando progressivamente para as cidades. No entanto, o ambiente nas cidades era bastante tenso entre os portugueses e os angolanos negros, devido à incerteza do desfecho da guerra e da dualidade de sentimentos dos angolanos negros em relação aos portugueses, que oscilava entre o apoio à sua presença no país e o medo. Os ataques começaram no interior e foram avançando gradualmente para as cidades, o que levou a que houvesse uma fuga em massa de portugueses vindos do interior para Portugal, uma estadia precária, visto que tinham planos de regressar a Angola após o final da guerra. Durante este período, os portugueses fizeram várias tentativas para apaciar os conflitos, motivados pela pressão feita pela ONU para que Portugal libertasse as colónias do seu domínio. A posição de António de Oliveira Salazar persistia na ideia de que as colónias eram parte integrante de Portugal. No entanto, a pressão internacional exercida levou a

---

<sup>6</sup> Holden Roberto (1923 – 2007) – Dirigente nacionalista angolano, conhecido pelo seu trabalho como líder da UPA (União das Populações de Angola), entre 1954 e 1962, sendo conhecido pelos seus ataques aos portugueses durante a Guerra Colonial. Para além disso, além da criação de um novo partido criado a partir da fusão entre a UPA e o PDA (Partido Democrático de Angola), de nome FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola).

<sup>7</sup> Jonas Savimbi (1934-2002) – Político e guerrilheiro angolano, conhecido pelo seu trabalho como líder da UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), cargo que ocupou até à sua morte, em 2002;

que houvesse alterações na gestão das colónias, nomeadamente a revogação do Estatuto do Indígena em 1961 pelo Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, o aumento de autonomia política das colónias, a criação de mercados rurais como forma de valorizar a produção local e o investimento na rede rodoviária. A tomada destas medidas não foi bem vista internacionalmente, pois foram tomadas como cedências à pressão feita a Portugal e não como algo que devesse ser efetivamente feito por vontade genuína, para além de serem tardias e tiveram pouco impacto.

A Guerra Colonial terminaria a 25 de abril de 1974, quando um movimento organizado de militares em Portugal liderados pelo coronel Otelo Saraiva de Carvalho derrubou o regime do Estado Novo, nesta altura, sob o governo de Marcelo Caetano, acabando com a ditadura e trazendo um novo programa político, o MFA (Movimento das Forças Armadas), cujo Presidente da República era o general António de Spínola, e cujas medidas consistiam na destituição de entidades do Estado Novo, desde a PIDE<sup>8</sup> e a censura a autoridades supremas do regime, a restituição de antigas liberdades, entre elas a de liberdade de expressão e de constituição de partidos políticos. Douglas Wheeler resume os princípios do MFA a que chama os 3 D's: Democracia para Portugal; Descolonização do Ultramar; Desenvolvimento económico, de forma a modernizar Portugal. Todavia, segundo Wheeler, a questão da descolonização era um ponto de discórdia no novo regime, pois havia uma grande indecisão em relação a que medidas adotar para com as agora ex-colónias. De um lado, o general António Spínola defendia que se continuasse a exercer alguma forma de autoridade em relação às antigas colónias, enquanto que os membros mais novos e radicais do MFA defendiam a sua independência e autodeterminação. Spínola acabaria por ser forçado a assinar uma declaração, o que implicava que houvesse negociações para definir os procedimentos do processo de descolonização, nomeadamente a nível da negociação com os vários partidos políticos locais, e a retirada das portuguesas, tanto militares como civis. Este processo era particularmente complexo no caso de Angola, devido à existência de três partidos políticos ativos, o que criava o risco de conflitos entre os partidos caso se desse primazia a qualquer um. Após um período de indecisão, durante o qual o general António Spínola acabaria por se demitir, o novo Presidente da República, o general Francisco da Costa Gomes acabaria por assinar o Acordo de Alvor em janeiro de 1975 com o MPLA, a

---

<sup>8</sup> PIDE – Sigla para Polícia Internacional e de Defesa do Estado. Polícia política portuguesa, que esteve em funções entre 1945 e 1969, conhecida pela repressão e opressão de todos os que eram considerados opositores ao regime, para além da censura de jornais, livros, peças de teatro, entre outros;

UNITA e o FNLA, onde se formalizava o acordo de cessar-fogo (assinado originalmente pelos três partidos em 1974 em alturas distintas), assim como a determinação das condições para a descolonização, nomeadamente: a concessão de poderes plenos ao Alto Comissário Português até à Independência oficial de Angola; o estabelecimento do Conselho de Defesa nacional e de um exército angolano; a criação de um governo de transição representado pelo três partidos. A data da independência oficial de Angola também seria determinada no Acordo, estando marcada para 11 de novembro do mesmo ano.

As medidas do Acordo de Alvor tinham por objetivo uma transição pacífica de descolonização que acabaria por não acontecer, devido à falta de meios de Portugal para assegurar a transição política em Angola, quando havia problemas no seu próprio país, o que levaria a que, passado dois meses da assinatura do Acordo, houvesse uma guerra civil em Angola entre os 3 partidos, que iria durar até 2002.

#### **I.IV Os “retornados” e o regresso a Portugal**

A instabilidade causada pela Guerra Colonial, para além da gradual constatação da impossibilidade de uma residência no país onde habitavam, levaria a que houvesse uma partida em massa de portugueses, angolanos, cabo-verdianos, guineenses, timorenses, entre outros, para Portugal. Ao todo, acredita-se que terão sido cerca de 500.000 pessoas que vieram para Portugal, tendo cerca de 60% (entre 300.000 a 310.000 pessoas) vindo de Angola. No caso de Angola, existem três vagas de idas para Portugal: a primeira foi entre 25 de Abril de 1974 até à assinatura do Acordo de Alvor, saíram 50.000 pessoas; a segunda fase, de janeiro de 1975 até junho do mesmo ano, saíram 20.000 pessoas; e por fim, de Agosto de 1975 até à Independência de Angola (11 de Novembro), saíram 80.000 pessoas<sup>9</sup>. Nesta altura, o fluxo de pessoas era tal que o prazo original para as inscrições nas viagens (28 de outubro de 1975) foi adiado para dia 4 de novembro. Os relatos desta época afirmam que, a dada altura, os únicos barulhos que se ouviam em Luanda eram o martelar da madeira utilizada para fazer as caixas onde as pessoas punham os seus pertences, que acabaria por escassear, devido ao excesso de mercadoria, assim como a comida que era dada aos que esperavam embarcar. Uma boa

---

<sup>9</sup> É de ressaltar que os números se referem apenas ao número de pessoas que partiram nesta altura específica e que estão oficialmente contabilizados, omitindo o número de pessoas que terão partido de barco, outros meios aéreos ou que vieram após a Independência de Angola.

parte desta carga nunca chegaria ao seu destino, tendo ficado perdida nas viagens ou reclamada por outros. Aliás, muitos dos que voltariam a Angola para tentar reaver os seus pertences acabavam por descobrir que estavam nas mãos de outros. O mesmo aconteceria com as propriedades e com o dinheiro de muitos portugueses que, apesar da documentação que apresentavam, nunca conseguiram reaver o que tinham, ficando limitados à quantia autorizada pelo governo português de 5 mil contos por pessoa. Muitas pessoas que tinham acumulado grandes fortunas acabariam por ficar sem nada.

Para que se pudessem transportar as pessoas para Portugal, foi criada uma ponte aérea, considerada a maior até à data na história de Portugal, em que saíam aviões da TAP e do exército português, para além do apoio internacional, nomeadamente da companhia Swissair, a França, os Estados Unidos e a RFA (República Federal da Alemanha), que contribuíram com aviões para transporte de pessoas e de medicamentos. Outras pessoas viriam para Portugal através de outras ligações aéreas ou terrestres, como o Congo ou a África do Sul, e muitos acabariam por vir de traineiras, dada a lentidão do processo de repatriamento. Todavia, mesmo após a independência oficial de Angola, continuaram a chegar refugiados de guerra, havendo, por exemplo, um registo da chegada de 9000 refugiados angolanos em março de 1976 (Adamopoulos, 2012). Curiosamente, apesar da dimensão do fenómeno, os jornais portugueses pouco reportaram sobre estas chegadas em massa, havendo apenas referência às cargas que chegavam com os pertences de quem voltava e que enchiam a marginal de Lisboa.

No entanto, apesar da situação dramática de que acabavam de sair, os problemas não terminariam com a vinda para Portugal, pois havia um outro obstáculo: o processo de adaptação. Uma das questões do processo de adaptação tinha a ver com a mudança de mentalidade com que os “retornados”, o termo pejorativo que foi dado aos que vinham das ex-colónias, encontraram em Portugal, que variava daquele com que muitos tinham saído. Pois se no tempo de Salazar, celebrava-se o Império Português e a missão civilizadora dos portugueses por terras africanas, sendo assim encorajada a ida para África, a mentalidade portuguesa pós -25 de Abril censurava esses mesmos comportamentos, perspetivando os portugueses que de lá vinham como sendo selvagens que escravizavam os negros. Para além disso, revoltavam-se com o apoio prestado a quem vinha para Portugal, como foi o caso do IARN (Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais), criado em 1975 e cujo objetivo era apoiar *indivíduos ou famílias que hoje residem ou trabalham nas colónias ultramarinas* (Adamopoulos, 2016) , cujo apoio passou pela instalação temporária dos refugiados em hotéis, muitos deles de luxo, como

o Ritz, e por isso, pouco acessíveis aos bolsos de muitos, à possibilidade de integração de membros da função pública das ex-colónias em Portugal no Quadro Geral de Adidos.

Todavia, a perspetiva da metrópole contrasta com a perspetiva de quem vinha das ex-colónias. Em *Regressar: Memória do Colonialismo e da Descolonização* (2012), Sarah Adamopoulos<sup>10</sup> reúne uma série de testemunhos por parte de quem voltou para Portugal durante o período da Guerra Colonial, e em praticamente todos os relatos, o retrato que se faz de Portugal da altura era a de um país muito pobre, pouco avançado a nível económico e tecnológico, com uma grande taxa de analfabetismo, e principalmente, muito preconceituoso. A discriminação surgia de várias formas, desde comentários feitos em voz alta onde quer que fosse, recusa em servir quem vivia nos hotéis, discriminação por parte de professores e alunos nas escolas ou até, como conta Valter Hugo Mãe, aos maus-tratos que sofreu com uma empregada da cantina na hora do lanche:

A empregada má da escola quase me entornou a caneca do leite na cara. Com um gesto algo brusco, assustou-me a molhou-me os dedos, a mão, e eu comecei a tremer. Naquele tempo, estávamos absolutamente sozinhos na escola (...). Eu nunca diria à professora que a empregada do recreio me culpava de ter voltado de Angola como se viesse competir com a viabilidade dos filhos dela. (Adamopoulos, 2012, p.275)

Para os que conseguiram ir viver para casas de familiares quando vieram para Portugal, a situação não seria melhor, pois muitos relatam os conflitos entre membros da família, que não só não viam com bons olhos o regresso, muitas vezes devido à falta de espaço e de condições, mas também os encaravam com desdém devido à sua condição de *persona non grata* na sociedade portuguesa. Muitas pessoas, no desespero, acabariam por ocupar casas vazias, e muitas, apesar da condição ilegal, acabariam por conseguir ganhar o direito á residência permanente, ou aceitariam habitar em locais com condições terríveis, vítimas de quem se aproveitava da sua situação precária para conseguir ganhar algum dinheiro através do aluguer/compra de apartamentos, caves, casas ou, em casos mais extremos, garagens. Quanto aos apoios dados pelo governo português, muitos referem a sua insuficiência face às necessidades, ou a dificuldade de os conseguir, existindo várias referências às enormes filas à porta do IARN, o que atrasava o processo, fazendo com que muitos acabassem por desistir. Para além disso, referem a revolta que

---

<sup>10</sup> Sarah Adamopoulos (1964 - ) – Jornalista holandesa naturalizada portuguesa, conhecida pelas suas obras *A Vida Alcatifada* (1997), *Os Implicados* (1998), *Viver Mata* (2001) e *Voltar: Memória do Colonialismo e da Descolonização* (2012).

sentiram com a forma como foram tratados pela população portuguesa, que parecia não entender a situação em que se encontravam, nem entender a sua perspectiva em relação à vida em África. Um dos entrevistados refere que, a dada altura, deixou de contar histórias sobre a sua vida em África, como a sua infância passada em banhos em zonas onde havia crocodilos, visto que ninguém acreditava que era verdade, e outro entrevistado diz que os portugueses achavam que todos os que vinham de África eram drogados, por causa da *liamba*, o nome que era dado à cannabis em Angola. No entanto, a revolta não era só dirigida ao povo, mas também ao Governo português, nomeadamente contra Mário Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros após o 25 de Abril, que tratou das negociações com os líderes dos partidos políticos das ex-colónias. A revolta provinha da forma como tratou do processo de descolonização, pois na sua perspectiva, Mário Soares entregou o governo das ex-colónias aos dirigentes dos respetivos partidos políticos de cada país sem salvaguardar nenhum dos seus direitos em relação à possibilidade de ficar, e sem haver qualquer consulta do povo sobre quais seriam os dirigentes que queriam para os seus países. Aliás, em declarações ao jornal alemão *Der Spiegel* em agosto de 1974, Mário Soares terá dito que, caso houvesse movimentos independentistas que pusessem em risco “a ordem democrática” dos mesmos, o exército português iria atirar sobre os portugueses, uma declaração que foi considerada polémica. A revolta contra Mário Soares seria algo recorrente na sua vida, nas palavras do próprio numa entrevista dada à DW África a 29 de março de 2014:

De vez em quando, há uns tipos, agora já muito poucos, os chamados "retornados" vêm com coisas, já os tive que atender em vários sítios e em várias reuniões. [...] E eles a dizerem: "Você roubou Angola e vendeu Angola aos russos e não sei que mais e tal ...." Bem, tudo isso, claro, são mentiras puras. E, realmente, foi uma grande coisa ter feito, estou muito orgulhoso de ter feito o que se fez com a descolonização, e tenho muita honra em ter participado nisso ativamente( Silva, 2014).

A perspectiva de Mário Soares em relação ao que era dito sobre ele era que era tudo “mentiras puras”, mas um dos entrevistados refere no seu testemunho de que “havia pactos já feitos” e que não visavam os interesses do Estado Português, sendo assim o Acordo de Alvor um proforma “para inglês ver”, pois já estava tudo decidido. Esse abandono que os “retornados” sentiram, segundo esse testemunho, alteraram a orientação política de muitos, que passaram a votar à direita, pois eram estes os partidos que se

referiam a eles nos seus discursos partidários e à necessidade de proteger o que lhes tinha sido retirado.

Todavia, os entrevistados na obra de Sarah Adamopoulos afirmam que, apesar da forma como foram tratados na vinda para Portugal, muitos deles conseguiram criar negócios ou arranjar trabalho em Portugal, acabando por ser uma força positiva no desenvolvimento do país, visto que não só tinham outro tipo de conhecimento a nível técnico, como trouxeram novos conceitos para Portugal, como foi o caso da criação de aviários, que não existiam no país até então. Um dos entrevistados chega a afirmar:

Os retornados levantaram Portugal, em todos os aspetos. Eu conheço cidades que só se desenvolveram quando os retornados lá chegaram e se organizaram, trabalhando arduamente, abrindo comércios, construindo casas, fazendo renascer das cinzas lugares quase desérticos. (Adamopoulos, 2012, p. 156)

Quanto à possibilidade de um regresso às ex-colónias, muitos afirmam não o querer fazer, pois os países onde viveram já não existiam. Muito menos a forma como viveram.

## Capítulo II – “An in-between framework”: uma possível problematização da colonização portuguesa

Problematizar as questões do pós-colonialismo é uma tarefa particularmente complexa, pois a utilização do prefixo “pós”, segundo Ella Shohat<sup>11</sup> em “Notes on the Post-Colonial” (1992), implica o período que ocorre após o fim de algo, como um movimento artístico ou um período histórico. Todavia, como demonstra Shohat, quando e onde ocorre este “pós” é extremamente difícil de definir. Consta-se que o fim do domínio do colonizador sobre o colonizado não termina abruptamente com a data da independência oficial, pois formam-se novas relações entre a metrópole e a atual ex-colónia (“neo-colonialism”), o que acaba por inviabilizar outros termos possíveis, como “post-independence”. Também existe a questão da hibridização entre as culturas (“hybridity”) que se deu durante o período colonial, resultante da influência das relações estabelecidas até então. Para além disso, existe ainda a dificuldade acrescida de definir o teor das dinâmicas entre colonizador e colonizado, dado que as narrativas predominantes são contadas, analisadas e divulgadas pelo colonizador. Este conceito é o que Edward Said<sup>12</sup> denomina por “knowledge - power structure” em *Orientalism* (1978), em que a perspectiva do processo de colonização e a descrição e análise do Outro é sempre definida pelo colonizador, normalmente sob uma perspectiva académica e factual, alterando também a perspectiva sobre o que ocorreu exatamente durante o período colonial.

A text purporting to contain knowledge about something actual, and arising out of circumstances (...) is not easily dismissed. Expertise is attributed to it, the authority of academics, institutions and governments can accrue to it, surrounding it with still greater prestiges than its practical successes warrant. Most important, such texts can create not only knowledge but also the very reality they appear to describe. In time such knowledge and reality produce a tradition (...) whose material presence or weight, not the originality of a given author, is really responsible for the texts produced out of it. (Said, 1978, p.94)

Stuart Hall<sup>13</sup> problematiza vários pontos do artigo de Ella Shohat em “When was the Post-Colonial? Thinking at the limit” (1995), destacando outros que evidenciam a

---

<sup>11</sup> Ella Shohat (1959 - ) - Professora de estudos culturais na New York University, autora de obras como *Edward Said: A Memorial Issue* (2005) e *Taboo Memories, Diasporic Voices* (2006);

<sup>12</sup> Edward Said (1935 – 2003) – Crítico e activista palestino, conhecido pelo seu activismo no desenrolar dos conflitos entre Israel e a Palestina, autor de obras como *Orientalism* (1978) e *Culture and Imperialism* (1993).

<sup>13</sup> Stuart Hall (1932-2014) – Sociólogo e professor universitário jamaicano, conhecido como uma das figuras mais ilustres a nível da área de estudos culturais em Inglaterra, autor de obras como *The Hard Road to Renewal: Thatcherism*

complexidade do que é definir o pós-colonial, como o facto de que engloba vários elementos históricos, sociais e temporais numa única categoria, o que inviabiliza qualquer tipo de estrutura binária em relação ao tema, pois a *mélange* é de tal forma que não permite separar as culturas do colonizado e do colonizador, nem definir concretamente as sociedades pré-colonização. A este fenómeno, Stuart Hall chama *transculturation*, que considera ser transversal a todas as sociedades, permitindo uma nova escrita da história, sendo os primórdios daquilo que designa como “global capitalist modernity”.

Para além disso, invoca o trabalho de Lata Mani<sup>14</sup> e Ruth Frankenberg<sup>15</sup> na obra *White Mythologies: Writing History and the West* (1990), onde afirma que todas as formas de pós-colonialismo têm as suas particularidades, havendo assim uma dificuldade em atribuir definições exatas, pois cada caso é um caso. De facto, ao olhar para o caso do colonialismo português, é possível constatar que, quando comparado com outros casos de colonialismo europeu, tem as suas próprias particularidades. Destacam-se duas abordagens em relação ao tema.

## **II.I O domínio da Natureza como forma de colonização e o conhecimento adquirido através da violência**

Em *Plantas E Conhecimento Do Mundo Nos Séculos XV E XVI* (1989), Alfredo Margarido<sup>16</sup> e Isabel Castro Henriques<sup>17</sup> discorrem sobre o domínio da Natureza (nomeadamente das plantas) como uma forma de domínio colonial por parte dos portugueses sobre os colonizados na época da Expansão Portuguesa, que se dava através de um processo complexo de seleção de plantas que eram escolhidas, rejeitadas e/ou omitidas. Os critérios para tal processo deviam-se, sobretudo, ao conceito europeu do que

---

*and the Crisis of the Left* (1988), *Questions of Cultural Identity* (1996) e *The local and the global: globalization and ethnicity* (1997);

<sup>14</sup> Lata Mani (1956 - ) – Historiadora e escritora indiana, conhecida pela sua colaboração para a área de estudos culturais, autora de obras como *Contentious Traditions: The Debate on Sati in Colonial India* (1998), *Sacred Secular: Contemplative Cultural Critique* (2009) e *The Integral Nature of Things: Critical Reflections on the Present* (2013)

<sup>15</sup> Ruth Frankenberg (1957 – 2007) – Socióloga e professora universitária britânica, conhecida pelo seu trabalho na área de estudos culturais, nomeadamente a nível da investigação sobre a branquitude, autora de obras como *White Women, Race Matters* (1993), *Displacing Whiteness* (1997) e *Living Spirit, Living Practice: Poetics, Politics, Epistemology* (2004);

<sup>16</sup> Alfredo Margarido (1928-2010) – Escritor e professor universitário português, conhecido pelo seu trabalho de investigação sobre a presença portuguesa nos países lusófonos, autor de obras como *Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa* (1980), *As Surpresas da Flora no Tempo dos Descobrimentos* (1984), *Plantas e Conhecimento do Mundo nos Séculos XV e XVI* (1989) e *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses* (2000);

<sup>17</sup> Isabel C. Henriques (1946 - ) – Professora e investigadora portuguesa, conhecida pelo seu trabalho de investigação sobre o colonialismo português, autora de obras como *A rota dos escravos: Angola e a Rede do Comércio Negro* (1996), *A Herança Africana em Portugal* (2007) e *De Escravos a Indígenas: o Longo Processo de Instrumentalização dos Africanos* (séculos XV-XX) (2019);

era considerado um país civilizado, que era definido simultaneamente pela equivalência de hábitos e costumes dos povos com os países europeus, e a sua diferença, que poderia ser aceite ou não, de acordo com o nível de utilidade. As equivalências, segundo Alfredo Margarido, eram feitas sobretudo através da existência de alimentos como o vinho, o pão e o azeite nas culturas locais que, ainda que não fossem exatamente como os produtos europeus, seriam semelhantes, como era o caso do óleo de palma ou o pão de mandioca. A existência destes elementos noutras culturas seria, assim, determinante para o nível do domínio exercido sobre os países colonizados: ao comparar os efeitos da colonização em África e na Ásia, é possível constatar que as mudanças causadas pela presença europeia no continente africano foram consideravelmente maiores do que na Ásia, visto que, na ótica portuguesa/europeia, o Oriente era considerado civilizado.

Para perceber melhor a forma como as plantas eram utilizadas, foram escritos vários relatos, com o objetivo de fazer uma análise dos costumes dos povos, principalmente a nível religioso e cultural. Nas palavras dos autores, seria desprovida de qualquer preconceito, limitando-se a descrever factualmente os rituais e os costumes dos vários povos. No entanto, apesar da ausência de julgamento nos relatos, havia por detrás a intenção de aprofundar o conhecimento sobre as religiões locais de forma a entender melhor os povos com que estavam a lidar, mas sobretudo para encontrar formas de as corromper, de maneira a exercer domínio. Para além disso, entender como eram utilizadas as plantas permitia uma seleção mais eficaz do que poderia ser útil ou não.

Contudo, apesar de haver vários documentos escritos sobre as plantas, Alfredo Margarido alerta nas suas obras para o facto de haver relatos que não poderão ser vistos como fidedignos, visto que havia uma censura prévia à divulgação dos textos. Os motivos são vários: por um lado, existia um cuidado de não se deixar que se revelasse demasiado sobre a verdadeira natureza de muitas espécies, dada a estranheza que poderia causar na Europa; por outro, muitos dos testemunhos não conseguem descortinar o que veem, tal é a diferença face àquilo que conhecem. Assim, a não ser que as plantas fossem familiares, como é o caso das palmeiras, muitas vezes as florestas tropicais eram descritas de forma bastante vaga através de generalizações como “arvoredo”. As plantas são descritas através de equivalentes familiares aos portugueses, como por exemplo, “oliveiras” que dão frutos que se parecem com “ameixas brancas”. Também há hábitos culturais que não chegam a ser implementados na Europa, como é o caso de mascar plantas. Segundo os testemunhos, os rituais associados eram considerados poucos higiénicos e até algo obscenos, daí que nunca se tenha trazido esse costume para o continente.

Quanto às espécies que foram aprovadas pelos colonizadores, o seu desfecho seria, tal como foi abordado no capítulo I, a sua trasladação para outras partes do mundo, numa série de tentativas para que as plantas vingassem noutros lugares, de forma a poder aumentar a sua produção. As ilhas, como foi o caso dos Açores, Madeira e a ilha de Príncipe, foram locais de experimentação para o efeito, onde foram plantadas várias espécies, acabando por se tornar centros importantes de produção para os portugueses. No entanto, no caso da ilha da Madeira, foram tomadas medidas drásticas para cultivar as novas plantações, como a de incendiar a ilha toda durante sete dias (segundo testemunhos, embora nunca tivesse sido oficialmente confirmado, podendo a questão dos sete dias estar associado à superstição existente em relação ao número sete como sendo um número mágico), matando as espécies originais. Assim, ainda que haja várias suposições sobre o tipo de espécies que existiriam na ilha, o conhecimento sobre as plantas está limitado ao interesse de alguns indivíduos que as imortalizaram nos seus registos, embora sejam poucos os que o tenham feito.

O processo conjunto da chegada e estabelecimento dos portugueses pelo mundo, a trasladação das plantas e o transporte de escravos para novos locais, igualmente abordado no capítulo anterior, alteraria permanentemente os hábitos e paisagens dos povos residentes, fosse por imposição dos portugueses como colonizadores na censura e/ou apropriação de costumes, fosse pela tentativa dos escravos em preservar os seus costumes, recriando-os em terras desconhecidas, como foi o caso dos escravos angolanos que foram levados para o Brasil. No entanto, não foram apenas os povos colonizados que adotaram novos costumes, mas também os próprios portugueses, pois ainda que desdenhassem muitos dos alimentos das suas colónias, havia muitos outros que acabariam por adotar, como foi o caso do ananás, que acabaria por ser um dos alimentos favoritos da família real (veja-se o exemplo das estufas nos Palácio de Queluz, que eram dedicadas exclusivamente à plantação de ananases para a família real, recorrendo a técnicas muito particulares para os criar), ou a manga. No entanto, um dos casos a destacar sobre a criação de novos hábitos na cultura portuguesa que se mantém até hoje é o dos *bilharacos*, uns pastéis de abóbora (vinda originalmente da América) que são fritos e polvilhados com canela (oriunda da Índia) que são atualmente bolos tradicionais de Natal em Portugal, sendo assim um exemplo da influência das colónias sobre a cultura portuguesa.

Para além disso, o processo de análise e catalogação da Natureza e dos povos levaram a que houvesse não só uma expansão a nível do conhecimento do mundo, mas também houvesse uma revolução ao nível do pensamento científico. Até à altura da

expansão portuguesa, o conhecimento vigente era o clássico, baseado nos ensinamentos de Platão que, inspirado por Sócrates, afirmava que são as ideias, e não as coisas concretas, a derradeira realidade, levando-o a descrever o mundo como achava que era, enchendo-o de criaturas extraordinárias e povos surreais, sem nunca ter efetivamente viajado para esses locais. No entanto, ao chegarem aos novos locais, os portugueses, assim como outros povos europeus, seriam levados a não só reformularem as suas percepções do mundo, visto que nada correspondia ao que fora registado nos tempos da Grécia Antiga, mas também a alterar a sua forma de pensar no que toca ao modelo científico. Assim, começou a valorizar-se outras formas de análise científica, mais concretas face ao que era apresentado, como o método de observação das espécies, a sua plantação, frutos, e registo do seu crescimento através de documentos escritos e ilustrações. Todo este processo aqui referido, segundo Alfredo Margarido, foi o que, à luz dos dias hoje, definiria a modernidade, uma vez que se tornou a base para o capitalismo ainda antes da existência oficial do termo:

(...) A modernidade começou a elaborar-se no momento em que os homens decidiram modificar a natureza em função dos seus interesses, alargados estes à escala intercontinental (Margarido, 1992-1993, p. 121-122)

## **II.II Entre Próspero e Caliban: o “oito-oitentismo” da colonização portuguesa**

Em *Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e Interindentidade* (2003) Boaventura de Sousa Santos<sup>18</sup> procura analisar as particularidades do colonialismo português, classificando-o com um termo que ele chama de “oito-oitentismo”, o que significa que o colonizador português oscilou entre extremos durante o processo de colonização, nunca assumindo assim completamente o seu papel de colonizador, pois noutros contextos, também ele foi colonizado. A explicação para tal hibridez por parte do colonizador português deve-se ao próprio estatuto e influência de Portugal dentro da Europa, que é sobretudo diminuta e quase sempre num regime de subalternidade.

(...) Desde o século XVI que Portugal é um país semiperiférico no sistema mundial capitalista. Essa condição (...) evoluiu ao longo dos séculos, mas

---

<sup>18</sup> Boaventura de Sousa Santos (1940 - ) – Professor universitário português, conhecido pelo seu trabalho de investigação sobre a sociedade portuguesa, autor de obras como *O Social e o Político na Pós-Modernidade* (1994) e *O Futuro Começa Agora: Da Pandemia à Utopia* (2020);

manteve seus traços fundamentais: um desenvolvimento económico intermédio e uma posição intermediária entre o centro e a periferia da economia-mundo; um Estado que, por ser simultaneamente produto e produtor dessa posição intermediária, nunca assumiu plenamente as características do Estado moderno dos países centrais. (Santos, 2003, p. 23-24).

Segundo Santos, os portugueses sempre foram alvo de discriminação por parte dos europeus, principalmente dos ingleses, devido à relação que Portugal tinha com Inglaterra, sendo esta sobretudo uma relação de dependência, o que a tornava em algumas ocasiões que ocorreram ao longo dos séculos, “quase uma “colónia informal” – da Inglaterra “(Santos, 2003, p.25). Segundo os testemunhos dos ingleses que viajaram para Portugal, o povo português é descrito como primitivo, mal-educado, feio, ingrato, sujo e que não sabe escrever, sendo até comparado a porcos, uma descrição que contrasta com a descrição da beleza das paisagens portuguesas, como se pode constatar, por exemplo, numa descrição de Robert Southey<sup>19</sup>, que afirma apaixonadamente que “Daria um dos meus olhos à cega Fortuna se ela me deixasse olhar o Tejo com o outro” (Santos, 2003, p. 33). Curiosamente, uma das questões que os relatos ingleses destacam nas suas descrições dos portugueses é a sua pele escura, a que atribuem à miscigenação com os vários povos residentes em Portugal, como os negros, os judeus e os árabes, e que muitas vezes é utilizada para justificar determinados estereótipos, pois a miscigenação levou a que se herdassem as piores características de povos já de si discriminados. No entanto, a reputação dos portugueses não se limita apenas à perspectiva de outros dentro do seu país, mas também fora dele. Boaventura de Sousa Santos refere que apesar dos portugueses serem considerados brancos, estavam na base da pirâmide social (“the lowest of the whites”), não tendo direito a ascender a cargos superiores.

Assim, a questão da cor da pele dos portugueses não só reforça a hibrididade do povo português e o seu estatuto “in-between” face a outros povos europeus, mas também à sua posição face aos povos colonizados, nunca assumindo efetivamente o seu papel de colonizadores, estando assim num estado intermédio. Isto é visível através do próprio processo de colonização, que não foi feito através de uma conquista assumida, como no caso dos ingleses, que é a referência para Boaventura de Sousa Santos no que toca a um colonizador – mas através da miscigenação, da assimilação e da africanização<sup>20</sup>. Esta

---

<sup>19</sup> Robert Southey (1774 – 1843) – Historiador, escritor e poeta britânico, sendo conhecido pelos seus poemas épicos, tais como *Thalaba the Destroyer* (1801), *Madoc* (1805), *The Curse of Kehama* (1810) e *Roderick the Last of the Goths* (1814);

<sup>20</sup> Africanização – Nome dado à adoção de costumes da população africana, rejeitando os costumes da sua própria cultura.

aparente união e readaptação de costumes que leva a uma hibridização dos povos é uma perspectiva enganadora, pois não só a hibridização levava uma maior discriminação, como levaria a que, posteriormente, Gilberto Freyre<sup>21</sup> desenvolvesse a “quase-teoria” do luso-tropicalismo, onde se defendia que a colonização portuguesa baseava-se numa relação de empatia pelos seus colonizados, resultante de origens diversificadas e dos longos períodos de convivência com outros povos no seu território, como foi o caso dos judeus e muçulmanos, o que os levava a adaptarem-se muito facilmente a novas realidades.

Segundo Boaventura de Sousa Santos, houve apenas duas fases distintas na História em que Portugal assumiu o seu papel de colonizador: a primeira deu-se durante as conferências de Berlim em 1885, que fez com que os Portugueses tivessem de ser reconhecidos por outros povos europeus como seus iguais de maneira a poder gerir o processo da divisão dos seus territórios no continente africano; a segunda dar-se-ia durante o 25 de Abril, em que, terminada a Guerra Colonial, Portugal é levado a ter de negociar novos termos com as futuras ex-colónias, de forma a negociar a libertação. Mas mesmo as relações após o final da independência não se assemelham a muitos outros casos de outros países europeus, pois as ex-colónias portuguesas mantêm relações não imperiais com os seus colonizadores, sendo quase até de amizade, de acordo com as referências que se encontram frequentemente nos media em que os países se referem a Portugal como o “país irmão”.

### **II.III O “retornado” como possível Outro e a descolonização da História**

Após a abordagem das várias problemáticas inerentes à colonização e ao caso da colonização portuguesa, há uma questão que se impõe: onde se enquadram os “retornados”? É difícil encontrar uma resposta concreta, dada a posição particular do “retornado” dentro das relações colonizador-colonizado, pois ao contrário do que é analisado muitas vezes na área dos estudos pós-coloniais, em que o Outro é todo aquele que não seja branco, do país do colonizador e educado com a cultura dominante, o “retornado” parece representar um Outro que é português, (maioritariamente) branco, educado na cultura portuguesa e por portugueses, mas que também tem em si a cultura do colonizado, tendo adotado uma outra maneira de pensar e costumes que contrastam

---

<sup>21</sup> Gilberto Freyre (1900-1987) - Antropólogo, sociólogo e escritor brasileiro, conhecido pelas suas obras *Casa-Grande & Senzala* (1933), *Ordem e Progresso* (1959) e *Brasis, Brasil e Brasília* (1968), que ficou conhecido em Portugal pela sua “quase-teoria” do luso-tropicalismo, em que afirma que a colonização dos portugueses se baseava numa relação de empatia pelos povos que colonizava.

com os da metrópole. É esse “almost the same, but not quite” (Bhabha, 1984, p. 126) que Homi Bhabha<sup>22</sup> refere em “Of Mimicry and Man: The ambivalence of Colonial Discourse” (1984) que leva à inviabilização da sua cultura, tornando assim o Outro objeto de diferença, o que consequentemente levará à sua discriminação. Todavia, as características que o “retornado” tem do colonizado são também o que lhe permitirá, e como acaba por acontecer, a sua integração na sociedade da metrópole, acabando por se imiscuir de tal forma que acaba por desaparecer. Este processo foi gradual. Numa fase inicial, a vinda para Portugal levou a que houvesse uma maior união entre “retornados”, que não só formaram os seus próprios partidos que visavam defender os seus interesses, assim como negócios e grupos de encontros entre eles, evidenciando-se assim um espírito de comunidade entre eles. No entanto, ao longo dos tempos, os partidos que defendiam os seus objetivos acabariam por desaparecer e os encontros acabariam por se restringir a eventos ocasionais, como reuniões anuais de antigos alunos, por exemplo. Deixou assim de haver qualquer tipo de traço ou distinção entre os portugueses da metrópole e os das antigas colónias.

O fenómeno não parece ser um acaso. Em *Migrações e Integração* (2003), o sociólogo Rui Pena Pires<sup>23</sup> procurou analisar os vários processos de integração de imigrantes e emigrantes em Portugal, dedicando um capítulo ao caso dos “retornados”, que considera ser um caso de assimilação raro, quando comparado com outros casos, como foi o dos *pieds-noirs*<sup>24</sup>. Um dos fatores que destaca é o perfil de muitos “retornados” que, ao contrário do que acontecia noutras colónias, eram portugueses de primeira geração, o que foi importante para o seu processo de integração na sociedade, visto que permitiu que muitos pudessem ficar em casa de familiares ou de outros parentes. Para além disso, havia a própria rede intra-retornados, formada a partir de contactos de amigos, familiares, colegas de trabalho, entre outros, que permitiu que vários conseguissem arranjar trabalho na metrópole, pois eram chamados por parte dos contactos dessa mesma

---

<sup>22</sup> Homi Bhabha (1949 - ) – Professor e crítico indiano, sendo conhecido pelo seu trabalho na área dos Estudos Pós-Coloniais, sendo autor de obras como *Nation and Narration* (1990), *The Location of Culture* (1994) e *Territories and Trajectories* (2018);

<sup>23</sup> Rui Pena Pires (sem datas) – Sociólogo e professor universitário português, conhecido pelos seus trabalhos de investigação sobre a migração portuguesa, sendo autor de obras como *Os retornados: um estudo sociográfico* (1987) e *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa* (2003);

<sup>24</sup> *Pieds-noirs* – Nome de origem desconhecida que foi dado às pessoas que vieram para França após a independência da Argélia, em 1962. As suas origens eram diversas, tendo muitos vindo de Itália, Malta, França, embora muitos dos descendentes já tivessem nascido na Argélia e vivessem sob os costumes argelinos. Embora não haja números exatos, acredita-se que terão partido cerca de 800,000 *pieds-noirs* para França, acabando por se instalar no Sul, devido às semelhanças do clima da zona com o clima da Argélia. Acabaram por formar uma comunidade coesa e com uma identidade própria e representação política, para além de um grande número de obras a nível cinematográfico e literário. De entre os *pieds-noirs* mais ilustres, destaca-se o escritor Albert Camus (1913-1960), autor de obras como *O Estrangeiro* (1942), *O Mito de Sísifo* (1942) e *A Peste* (1947).

rede para ocuparem cargos. Aliado à rede de conhecimentos, também havia a questão da educação dos “retornados” que, ao contrário do que acontecia em Portugal onde a taxa de analfabetismo rondava os 30%, tinham na sua grande maioria formação superior ou técnico-profissional, o que lhes permitiu preencher várias lacunas a nível laboral em Portugal, nomeadamente a falta de pessoal especializado no setor terciário. Um dos casos que Rui Pena Pires destaca desta simbiose entre a rede de contactos e a formação superior é a de uma universidade formada na metrópole, cujo pessoal docente era maioritariamente de “retornados”, e cuja abordagem para uma proposta de trabalho vinha precisamente dessa rede de contactos.

Tínhamos aqui um grande amigo, aqui no Instituto (...). Ele era amicíssimo nosso porque eu trabalhava com ele lá em Angola e ele é que me arranjou colocação no Instituto (...), mas antes de me arranjar a mim [que já estava no quadro geral de adidos], meteu lá o meu marido. (Pires, 2003, p.221).

Outro fator que Rui Pena Pires destaca, e que já foi referido anteriormente, foi a intervenção do Estado a nível dos apoios e política de integração estabelecidos desde a chegada dos “retornados” após a guerra até meados dos anos 80, que permitiu o seu estabelecimento em Portugal aquando da chegada ao país. Já foi falado, por exemplo, sobre o caso do IARN, que atribuía apoios, embora não tenha sido um processo fácil, dada a demora no processo de atribuição, devido ao enorme número de casos a apoiar, para além de longas filas para requerer os mesmos e o facto de o apoio ser intermitente, pois estava sempre dependente da situação laboral de quem o pedia. Estes apoios e políticas eram assumidamente transitórios, o que se refletia na legislação que foi sendo aprovada durante o período de integração. A determinada altura, ainda que houvesse várias pessoas repatriadas para Portugal em situações bastante precárias, o termo “retornados” foi removido da lei, sendo alterado para “desalojados”. Em meados dos anos 80, a integração acabaria por ser dada como terminada, acabando assim com várias entidades ligadas aos “retornados”, como foi o caso do IARN.

No entanto, existem ainda várias questões inerentes à situação dos “retornados” e do fim do período colonial, senão de todo o período que o antecedeu, que ainda estão por responder. Atualmente, começam a surgir obras literárias que relatam, seja de forma fictícia ou real, as vivências nas colónias e o período da Guerra Colonial e da vinda para Portugal, como é o caso de Lídia Jorge, com a obra *A Costa dos Murmúrios* (1988), Dulce Maria Cardoso, com a obra *O Retorno* (2011), e Isabela Figueiredo, com o *Caderno de*

*Memórias Coloniais* (2009), assim como obras cinematográficas, como é o caso do filme *Cartas de Guerra* (2016), realizado por Ivo Ferreira, uma adaptação cinematográfica da obra *Cartas da Guerra: D'este Viver Aqui Neste Papel Descrito* (2005) de António Lobo Antunes. Contudo, pode-se afirmar-se que ainda existe um grande silêncio em torno do tema. Esse silêncio, segundo Elsa Peralta, inviabiliza que haja mais debates em torno do tema da colonização portuguesa, nomeadamente o papel dos portugueses na Expansão, assim como a imagem idealizada do 25 de abril, obrigando a uma análise das falhas e das consequências que trouxe. Urge assim descolonizar a História.

O conceito de descolonizar a História é proposto por Boaventura de Sousa Santos em “Some theories on decolonizing history” (2021), que passa por duas vertentes distintas da História: a “history of absences” e a “history of emergences”. Para o efeito, é necessário desconstruir a “history of absences” através de um processo dividido em quatro partes: o contraste de princípios éticos e políticos de colonizador e colonizado; a suspensão desses princípios em casos extremos de insurgências políticas e sociais; a “despecificação”, ou seja, a redução da identidade do colonizado a um único acontecimento, característica ou facto, geralmente descontextualizado. Por fim, a definição de tolerância aplicada após episódios de violência extrema. Depois deste processo, surgirá a “history of emergences”, que passa por falar da história do colonizado, principalmente sobre as épocas anteriores à colonização e os acontecimentos que decorreram durante o processo, pondo assim em evidência a existência de uma sociedade com uma cultura e costumes próprios, mas também a resistência face ao colonizador europeu, e o desenrolar de eventos que levaram à sua destruição e conseqüente domínio. Assim, não só é possível contestar a narrativa dominante do colonizador, mas também criar uma nova perspectiva: uma “counter-history”, narrada do ponto de vista do colonizado, restabelecendo a verdade sobre a realidade do período colonial.

Uma contraposição dos pontos de vista da História também poderá trazer ao de cima a história dos “retornados”, permitindo conhecer melhor a realidade da vida nas antigas colónias, a Guerra Colonial e as dificuldades do processo da vinda para Portugal e conseqüente adaptação.

### Capítulo III – “Botânica e Colonização”: conceção do trabalho de projeto

O trabalho de projeto *Botânica e Colonização* começou a ser desenvolvido em novembro de 2019, no âmbito da disciplina de Artes Performativas. A proposta inicial era a de criar uma apresentação baseada no trabalho dos seguintes artistas: Vasco Araújo<sup>25</sup>, que ia fazer uma retrospectiva do seu trabalho no Pequeno Auditório da Escola Superior de Teatro e Cinema, e Miguel Bonneville<sup>26</sup> e Maria Gil<sup>27</sup>, que iam fazer uma reposição no CAL – Centro de Artes de Lisboa do ciclo de plastras-performance *O Pessoal é Político*. A ideia para a apresentação de então, e cuja génese se mantém no trabalho de projeto atual, partiu a partir de uma fusão de aspetos dos dois trabalhos, como será explicado posteriormente.

#### III.I A “Botânica” de Vasco Araújo: as plantas como o Outro

Tal como foi dito anteriormente, Vasco Araújo fez a sua apresentação em novembro de 2019 na Escola Superior de Teatro e Cinema, e a dada altura, mostrou-nos a obra *Botânica* (2014), uma série de 12 objetos escultóricos constituídos por mesas de madeira, onde estão embutidas várias imagens de plantas tropicais, enquanto que no centro estão expostas fotografias inéditas de episódios ligados à colonização, como os zoos humanos, a Guerra Colonial ou a exibição de Gungunhana<sup>28</sup> após a sua captura em 1917. Enquanto falava do conceito da obra, e discorria sobre as questões da colonização Vasco Araújo disse algo como: *Todos acham que os jacarandás em Lisboa são lindos, mas ninguém pensa que estão associados à colonização, à escravatura e a tudo o que ela implica.*<sup>29</sup>

---

<sup>25</sup> Vasco Araújo (1975 - ) – Artista plástico português conhecido pelo seu trabalho sobre a colonização e o mundo operático, sendo autor de obras como *Diva, a Portrait* (2001), *Debret* (2009), *Lasts* (2012) e *Botânica* (2014);

<sup>26</sup> Miguel Bonneville (1985 - ) – Ator, escritor e músico português, cofundador do Teatro do Silêncio, conhecido pelo seu trabalho sobre a desconstrução da identidade através de histórias pessoais, autor de projetos performativos como *Preface* (2003-2006), *The Importance of Being* (em desenvolvimento desde 2013), e *O Pessoal é Político* (2013-2019);

<sup>27</sup> Maria Gil (1978 - ) – Atriz, encenadora e cofundadora do Teatro do Silêncio, conhecida pelas performances *mulheres em terra, homens no mar* (2018), *caminhada pela fronteira de lisboa* (2017) e *caminhar para unir territórios* (2018);

<sup>28</sup> Gungunhana (1839 – 1906) – Chefe tribal e imperador moçambicano, conhecido pela sua resistência ao domínio português, tendo sido capturado e transferido para várias prisões, tendo morrido na prisão.

<sup>29</sup> Visto que a frase não foi escrita, esta é uma versão aproximada do que terá sido dito então.

Esta frase ressoou comigo por dois motivos. Em primeiro lugar, estava a trabalhar na altura como guia turística há 3 anos, já tinha feito tours de jardins numa das empresas onde trabalhava na altura, e não só nunca houve qualquer referência a estas questões nos guiões que me foram dados, mas também nos vários livros que li na altura sobre a história dos jardins e das plantas de Lisboa. Aliás, tudo o que tinha lido até então remetia para uma narrativa bastante fascinante da História, descrevendo viagens a lugares distantes, a criação de centros botânicos e do trabalho de investigação e a trasladação e negociações de espécies para outros locais. Havia assim um embelezamento e uma omissão sobre os horrores da colonização que estão implícitos para que estes processos ocorressem, para além de uma outra ideia que apenas me viria a aperceber posteriormente: a da violência inerente à aquisição de conhecimento.

O outro motivo está ligado aos meus conhecimentos na área de Estudos Pós-Coloniais adquiridos durante a licenciatura em Línguas, Literaturas e Culturas – Variante de Estudos Ingleses e Norte-Americanos, no âmbito da disciplina de Literatura Inglesa da Era Vitoriana. Durante essas aulas, foram analisadas várias obras literárias da época, como *Heart of Darkness* (1899), de Joseph Conrad<sup>30</sup>, ou *She: a History of Adventure* (1887), de H. Rider Haggard<sup>31</sup> à luz das teorias de autores como Edward Said ou Homi Bhabha (referidos no capítulo anterior), que quando aplicados às obras em questão, subvertiam a narrativa oficial da colonização inglesa, revelando uma série de preconceitos da sociedade da época em relação ao Outro, ou seja, todo aquele que não é inglês, branco, religioso e educado nos costumes ingleses. Estes preconceitos, derivados do desconhecimento em relação ao Outro, causam uma reação complexa, que oscila entre o fascínio e a repulsa, e sobretudo um medo de domínio e corrupção por parte do Outro, fazendo-o regredir a um estado primitivo e acabando assim com a civilização inglesa. A frase de Vasco Araújo remeteu-me para as teorias que aprendi na altura, mas desta vez, aplica-la ao caso das plantas, dando uma nova perspetiva: as plantas, tal como os povos colonizados, eram também elas vítimas da colonização, sendo vítimas silenciosas e sofrendo as consequências que aí advieram, passando por vários processos, como ser alvo de abate e transformação em objetos e estruturas, cobaias em projetos de investigação, e a trasladação para outros locais cujo habitat era completamente diferente de onde tinham

---

<sup>30</sup> Joseph Conrad (1857 – 1924) – Escritor polaco naturalizado inglês, conhecido por obras como *The Lagoon* (1897), *Heart of Darkness* (1899), *Lord Jim* (1900) e *The End of the Tether* (1902);

<sup>31</sup> H. Rider Haggard (1856 – 1925) – Escritor britânico, conhecido pelas obras *She: a History of Adventure* (1887), *Cleopatra* (1889), *Solomon's Mines* (1895) e *Queen Sheba's Ring* (1909);

vindo, obrigando-as as adaptar-se e arriscando-se a perecer. Surgiu assim a ideia de fazer uma apresentação que representasse as plantas como vítimas da colonização, evidenciando simultaneamente o seu sofrimento e a resistência através dos tempos.

### **III.II A palestra-performance como contestação da objetividade científica e académica**

A ideia da palestra-performance, tal como foi dito anteriormente, foi inspirada pela reposição do ciclo *O Pessoal é Político* de Miguel Bonneville e Maria Gil, uma trilogia de palestras-performance desenvolvidas entre 2013 e 2019 criadas a partir de histórias pessoais, incentivando a uma reflexão sobre assuntos como o medo, o amor e a política. Numa das performances, *Medo e Feminismos*, Miguel Bonneville e Maria Gil discorreram sobre os seus medos (reais ou fictícios), convergindo-os a dada altura com questões de cariz sociológico, e terminando com uma reconstituição de duas performances.

A ideia da palestra-performance em si tornou-se apelativa para a apresentação inicial, e que acabou por se manter para o trabalho de projeto, visto que tinha ali vários pontos de convergência com o que pretendia transmitir. Para começar, o facto de a performance ser feita num formato de palestra conferia um carácter legítimo, quase académico ao tema, permitindo problematizar as várias questões teóricas ligadas à perspetiva das plantas como vítimas da colonização, assim como as questões ligadas aos “retornados” através do mesmo meio em que, muito provavelmente, estas ideias seriam debatidas, ou seja, no meio académico. Aliás, segundo a análise de Marco Catalão<sup>32</sup> à sua genealogia da palestra-performance, tem sido essa a forma utilizada para contestar o modelo crítico vigente, assim como a da aparente objetividade do conhecimento dos críticos e académicos.

(...) A palestra-performance também desvela a perceção contemporânea de que, assim como a arte, o conhecimento (tanto dentro quanto fora das universidades) não é um conjunto de objetos transmitidos de forma transparente de uma geração a outra, mas depende fundamentalmente dos modos de exposição utilizados por seus praticantes (cientistas, professores, mas também jornalistas e diversas outras pessoas envolvidas no processo de construção e retificação do conhecimento). (Catalão, 2017, p.11)

---

<sup>32</sup> Marco Catalão (1974 - ) – Escritor brasileiro, autor de obras como *Agro negócio* (2012), *As Asas Do Albatroz* (2018) e *O País das Luzes Flutuantes* (2018);

Há ainda um outro ponto relevante abordado por Marco Catalão em relação à palestra-performance, que é a posição híbrida do artista performático, que estará algures entre o académico e o *performer*, o que leva não só a uma série de possibilidades de exploração do ponto de vista artístico, como também leva à questão se aquilo que é apresentado é fictício ou real. Efetivamente, apesar de estar presente na palestra-performance e o que apresento é maioritariamente verdadeiro, existem várias instâncias que são fictícias, ou pelo menos não tão fidedignas aos acontecimentos originais, tornando assim o texto uma *faction*, um termo usado pela primeira vez por Hugo Gernsback<sup>33</sup> em 1930 no seu ensaio “Science Fiction vs. Science Faction,” para definir obras de ficção científica que misturam factos verídicos com ficção. No entanto, é a ambiguidade inerente à palestra-performance que também levar a refletir no que toca à postura de quem está a apresentar e de quem está a ouvir.

### **III. III Os objetos como invocação de memória e identidade e a problemática da reconstituição do passado**

Foi durante o processo de preparação para a apresentação que surgiu a ideia de incluir objetos de madeira na performance. Inicialmente, foram apenas duas cadeiras vermelhas que faziam parte de um conjunto de quatro que foram distribuídas pelos meus avós maternos e pelos meus pais, sendo uma imagem recorrente em várias histórias de família. O facto de ter começado pelas cadeiras deve-se ao facto de que me recordei da descrição que a minha mãe fazia delas, afirmando que eram de muito boa qualidade, pois eram de madeira tropical. A lembrança desta história levou à inclusão das cadeiras na apresentação, tendo assim um duplo significado: a de trazer objetos representativos da questão das plantas como vítimas da colonização, mas também a invocação de memórias de família. Posteriormente, já durante a conceção do trabalho de projeto, decidi acrescentar mais objetos relacionados com a vida dos meus avós, como mantas e cobertores, um candeeiro de madeira com animais esculpidos, várias fotografias e alguns objetos escultóricos, criando uma tentativa de recriação do passado.

---

<sup>33</sup> Hugo Gernsback (1884- 1967) – Escritor e editor luxemburguês, conhecido por ser editor da revista de ficção científica “Amazing Stories” em 1926 e que se mantém até hoje, sendo considerada pioneira a nível da divulgação de obras ficção científica, sendo também autor de obras como *Ralph 124C 41+* (1925);

Os meus pais e avós fizeram parte das cerca de 500.000 pessoas que foram para Portugal após o 25 de Abril de 1974, a quem foi dado pejorativamente o nome de “retornados”, que já foram descritos em detalhe nos capítulos anteriores. O processo de vinda para Portugal e a consequente adaptação não foram de todo fáceis para a minha família, devido ao preconceito de que os “retornados” foram alvo e a dificuldade consequente que foi o processo de adaptação num país com o qual poucos ou nenhuns costumes partilhavam, para além de todas as perdas consequentes da guerra e da independência. No entanto, já em Portugal, apesar das dificuldades, acabou por se formar uma comunidade bastante sólida constituída por amigos, ex-colegas de trabalho, primos afastados, antigos vizinhos e pessoas que se cruzaram durante o processo de vinda para Portugal, ligações estas que se prolongariam até à minha geração.

Foi assim que, a partir da história das cadeiras, se iniciou uma tentativa de reconstituição da história da família e dessa comunidade que se formou durante o período da Guerra Colonial e da vinda para Portugal, o que acabou por se tornar um exercício coletivo, visto que tive que falar com vários familiares para saber mais sobre a família, de forma a criar uma narrativa mais linear, assim como recriar histórias que foram contadas por pessoas que já faleceram, tentando reconstitui-las e encontrar uma versão que fosse o mais consensual possível. Para além disso, também reconstitui alguns episódios da minha vida, ligados à questão dos “retornados” e o legado colonial português.

No entanto, mesmo que seja a partir das nossas próprias vivências, a memória é complexa, visto que as recordações raramente são preservadas de forma intacta, sendo assim imprecisa e/ou subjetivas, podendo apresentar vários erros e lacunas nas recordações sobre um determinado evento. Aliás, em *Matéria e Memória: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito* (1896), Henri Bergson<sup>34</sup> fala sobre a dificuldade que é o ato de recordar o passado, visto que o ser humano está otimizado para se preparar para o futuro. O que está relacionado com o passado, segundo Bergson, está mais ligado à aquisição de hábitos e ao movimento, o que torna o ato de recordar o passado um ato quase contranatura.

Para remontar o curso de nosso passado e descobrir a imagem-lembrança conhecida, localizada, pessoal, que se relacionaria ao presente, um esforço é

---

<sup>34</sup> Henri Bergson (1859 – 1941) – Filósofo e diplomata francês, conhecido pelo seu trabalho a nível do estudo da memória, sendo autor de obras como *L'Évolution Créatrice* (1912), *L'Énergie Spirituelle* (1922) e *La Conscience et la Vie: le Possible et le Réel* (1933);

necessário pelo qual nos liberamos da ação a que nossa percepção nos inclina: esta nos lançaria para o futuro: é preciso que retrocedamos ao passado. (Bergson, 1896, p. 107).

Contudo, é precisamente através da recriação do movimento através do qual a imagem do presente se manifesta que é possível invocar o passado, tornando-se assim possível lembrá-lo de forma a perceber a sua veracidade, embora o atualmente, a recriação não se limitar apenas à mente, sendo possível recorrer a outros meios como forma de invocar a memória, como fotografias, registros escritos, documentos, entre outros. Mas mesmo essas formas de registros podem não ser de todo fiáveis, visto que, tanto a nível privado como a nível público, como foi possível constatar no capítulo I, pode existir uma censura sobre o que é divulgado, ou até do que é preservado, o que limita a amplitude de uma reconstituição completa daquilo que se quer recordar. Aliás, em *Espaços da Recordação: Formas e Transformações de Memória Cultural* (2011), Aleida Assman<sup>35</sup> refere que a diferença entre o que é considerado arquivo e o que é considerado lixo vai variando ao longo dos tempos, pois o que é visto como relevante em certas épocas pode não ser noutras, sendo assim a relevância do que é preservado algo flutuante. Anteriormente, em 2008, Aleida Assman chegou a fazer uma outra distinção entre aquilo que é considerado relevante ou não, a que deu os termos de arquivo e cânone, sendo o primeiro definido como uma memória preservada e que faz parte de um passado que se encontra num estado latente, enquanto que o último é exatamente o oposto, sendo uma memória do passado associada ao momento presente e que se encontra ativa no momento em que se encontra.

Todavia, segundo Aleida Assman, o *Controle do arquivo é controle da memória* (Assman, 2011, p.368), pois a escolha daquilo que é preservado ou não é determinado por quem detém o poder, como é o caso do Estado ou das instituições, algo que pode vier a ser determinante como forma de exercer o poder sobre a nação, podendo servir como uma forma de controlo ou de autoridade. Para além disso, tal como foi dito anteriormente, pode servir como uma censura ou como um filtro sobre certos eventos que podem não ser divulgados, pois a sua memória pode ser uma ameaça para o status quo. Aleida Assman chega a invocar Michael Foucault, que considerava que o arquivo era “um instrumento

---

<sup>35</sup> Aleida Assman (1947 - ) – Professora alemã de Inglês e Estudos Literários, conhecida pelo seu trabalho sobre a memória cultural, autora de obras como *Geschichte im Gedächtnis: von der individuellen Erfahrung zur öffentlichen Inszenierung* (2007), *Der europäische Traum: Vier Lehren aus der Geschichte* (2018) e *Cultural Memory and Western Civilization: Functions, Media, Archives* (2021);

de repressão, limitador do escopo dos pensamentos e das articulações” (Assman, idem, p.371), atribuindo assim ao arquivo o poder d’”a lei do que pode ser dito” (Assman, idem p.371.).

Dado o que foi dito anteriormente, a questão do controlo do que é lembrado ou não por instituições do poder aplica-se à questão dos “retornados”, pois tendo em conta o passado colonial de Portugal, estes ocupam uma posição peculiar dentro da colonização portuguesa, sendo simultaneamente o produto do legado colonial português e vítimas das consequências do término desse legado, vindo para Portugal como refugiados de guerra e sofrendo o preconceito por parte de quem vivia na metrópole. Tal foi referido nos capítulos anteriores, os “retornados” acabariam por se integrar na sociedade portuguesa, embora, segundo os vários testemunhos referido ao longo desta dissertação, à custa da criação de uma nova identidade, mais alinhada com os critérios impostos pelo país de chegada. Este processo não foi ao acaso, pois segundo Zygmunt Bauman, a definição de identidade do indivíduo depende do “pertencimento” ao país onde vive, que é definida pelo Estado do país em questão, como forma de distinguir quem pertence ou não, dando-se assim um processo de inclusão ou exclusão de indivíduos. A aceitação de outras culturas dentro do mesmo país pode ser aceite, desde que não constituam uma ameaça à lealdade nacional. Assim, entende-se que os “retornados” se tenham imiscuído na metrópole como tentativa de integração na sociedade e retirando a possibilidade de constituírem uma ameaça à identidade vigente, sob o risco da própria ameaça que constituía esta nova sociedade à sua existência. Todavia, o que a questão da preservação de objetos pessoais reminiscetes dessa época demonstra é que a integração num novo país não implica o esquecimento do passado ou a eliminação total da identidade de quem o viveu. Aliás, os objetos apresentados na performance são a representação de um período muito específico da História portuguesa, que é a Angola pré-guerra colonial, uma Angola que já não existe, apesar de se manter exatamente no mesmo local, com as mesmas fronteiras estabelecidas pelos portugueses, e possivelmente preservando vários dos antigos nomes, edifícios e estruturas que foram criadas durante o período colonial. Assim, os objetos servem de prova daquilo que efetivamente existiu, preservando de alguma forma a memória da existência do local.

Segundo Maurice Halbwachs<sup>36</sup>, as memórias associadas a objetos são definidas pelo grupo a que pertencem, estando a escolha e preservação dos mesmos ligados aos laços entre aqueles que pertencem ao grupo, assim como a invocação de outras épocas e gostos. Para além disso, a sua preservação é relevante para o grupo, pois segundo Halbwachs, confere uma sensação de estabilidade, visto que os objetos nunca mudam, assim como a vivência a que estão associados. Assim, a mobília estará inevitavelmente ligada a um espaço físico, embora o grupo não tenha de estar a ele confinado, pois é a memória do espaço que os une –a memória coletiva. No entanto, a ligação está condicionada à morte de membros do grupo, o que consequentemente afetará a memória coletiva do mesmo em relação aos objetos.

Although one may think otherwise, the reason members of a group remain united even after scattering and finding nothing in their physical surroundings to recall the home they have left, is that they think of the old home and its layout. (Halbwachs, 1925, p. 2).

Dá-se assim um processo de transformação da perceção dos objetos, pois à medida que vão desaparecendo os membros do grupo que estão ligados à memória coletiva, a perceção sobre os mesmos vai-se alterando. Todavia, os objetos não só remetem para a memória e a recordação, mas tendo em conta que invocam uma Angola que já não existe, também se pode afirmar que os objetos são, aplicando a expressão de Aleida Assman, “monumentos do esquecimento” (Assman, 201, p.334), visto que são recordações de uma época que terminou, e que apenas alguns se recordam, ainda que estejam remetidos ao silêncio.

---

<sup>36</sup> Maurice Halbwachs (1877 – 1945) – Sociólogo francês, conhecido pela criação do conceito de memória coletiva, sendo autor de várias obras como *Leibniz* (1906), *La Théorie de l'Homme Moyen: Essai sur Quételet et la Statistique Morale* (1912) e *La Memoire colective* (1925);

## Conclusão

*Botânica e Colonização* começou por ser uma apresentação no âmbito da disciplina de Artes Performativas, tendo acabado por se desenvolver e tornar-se no atual trabalho de projeto que aqui se apresenta. Através do trabalho de investigação feito no decurso destes últimos três anos, foi possível aprofundar bastante o tema, o que permitiu adquirir um maior conhecimento a nível do passado colonial de Portugal, assim como das teorias na área de Estudos Pós-Coloniais e Estudos de Memória, e não esquecendo, claro, as Artes Performativas.

O desenvolvimento do trabalho de projeto permitiu compreender melhor a ideia que surgiu, a princípio, de uma forma mais intuitiva: de que as plantas também sofreram às mãos dos colonizadores, e cujas consequências desse sofrimento ainda chegam até nós na forma de mobília, barco, catálogo científico, ou um inocente espécime plantado em jardins à beira da calçada. Para além disso, apesar de haver um maior interesse em torno da história dos “retornados” e do que se passou no período entre a vida pré-guerra e pós-guerra, muito ainda está por revelar, ao que esta palestra-performance procura contribuir para trazer uma parte da narrativa, ainda que a um nível mais pessoal, à tona.

Uma das maiores conclusões que retiro do desenvolvimento deste trabalho de projeto é precisamente o impacto das histórias pessoais a nível social e político, pois se é verdade que à primeira vista, as consideramos irrelevantes quando comparados com os ditos “grandes temas da atualidade”, uma análise mais profunda como a que aqui se apresenta acaba por mostrar exatamente o oposto. Aliás, a célebre frase *O pessoal é político*, atribuída a Carol Hanisch<sup>37</sup> nos anos 60/70, alude ao facto que as histórias de mulheres infelizes com a vida limitada ao domínio doméstico e o papel de mães que eram obrigadas a assumir era algo que não devia ser desconsiderado como uma mera questão pessoal, pois é uma questão efetivamente política. Assim, aplicando esta teoria à minha história e à história da minha família, a dimensão daquilo que conto ganha relevância, passando a barreira da narrativa e sendo uma abordagem aos problemas decorrentes da colonização que se perpetuam até hoje, sendo abordadas sob um ponto de vista muito particular: o meu. Para além disso, a escolha da palestra-performance para a apresentação do trabalho de projeto enfatiza o ponto de vista, conferindo-lhe um carácter legítimo e oficial, validando-o como se de uma palestra académica se tratasse.

---

<sup>37</sup> Carol Hanisch (1942 - ) – Jornalista, editora e ativista americana, conhecida pelos seu trabalho de ativismo pelas causas feministas nos anos 60 e 70, sendo conhecida pela autoria do ensaio *The Personal is political* (1969) e como editora da revista “Meeting Ground”;

O impacto da colonização portuguesa é inegável, visto que remodelou paisagens, costumes, povos e locais, tendo alterado permanentemente a configuração de vários países. No entanto, apesar da tentativa de ser o mais abrangente possível, muito terá ficado por dizer, em parte devido ao quão abrangente é a temática da colonização em si, em parte porque ainda muito se tem a descobrir sobre o que foi ocorrido exatamente durante a colonização portuguesa, e em que moldes ocorreu, visto que ainda há muito por desvendar. Repito o que disse no capítulo II: “Urge assim descolonizar a História” e continuar a revelar todas as narrativas que se encontram ainda por contar, trazendo assim o equilíbrio, e acima de tudo, a justiça aos que sofreram as consequências da colonização e do silêncio.

## Bibliografia

ADAMOPOULOS, Sarah. *Voltar: Memória do Colonialismo e da Descolonização*. Grupo Planeta. Lisboa, 2012.

ANTUNES, Maria José Lobo. *Regressos quase perfeitos: Memórias da Guerra em Angola*. Edições Tinta-da-China. Lisboa, 2015.

ANGELOU, Maya. *I Know Why the Caged Bird Sings*. Bantam Books. New York, 1970.

ARAUJO, Vasco. *Botânica. Sistema Solar*. [S.l.], 2014.

ASSMAN, Aleida. *Espaços da Recordação: Formas e Transformações da Memória Cultural*. Editora Unicamp. Campinas, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi*. Jorge Zahar Editor Ltda. Rio de Janeiro, 2005.

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. MartinsFontes. São Paulo, 1999.

BHABHA, Homi. “Of Mimicry and Man: The Ambivalence of Colonial Discourse.” *October*, vol. 28, 1984, pp. 125–133. *JSTOR*.

URL: [www.jstor.org/stable/778467](http://www.jstor.org/stable/778467).

Acedido em: 1.11.2021

CARDOSO, Dulce Maria. *O retorno*. Edições Tinta-da-China. Lisboa, 2011.

CATALÃO, Marco. “Uma genealogia para a palestra-performance”. *Urdimento*, v.1, n.28, p.4-14, Julho 2017.

CONRAD, Joseph. *Heart of Darkness*. Penguin Books. Londres, 1994 [1902].

FERRÃO, José E. Mendes. *A Aventura das Plantas e os Descobrimentos Portugueses*. Chaves Ferreira Publicações, Lisboa, 2005 [1993]

FIGUEIREDO, Isabela. *Caderno de Memórias Coloniais*. Angelus Novus. Lisboa, 2009.

FIGUEIREDO, Isabela. *A Gorda*. Editorial Caminho. Alfragide: 2016.

GOLDBERG, RoseLee. *A Arte da Performance: Do Futurismo ao Presente*. Orfeu Negro. Lisboa, 2012.

HAGGARD, H. Rider. *She: a History of Adventure*. Penguin Books. Londres, 2001 [1886].

HALBWACHS, Maurice. *On Collective Memory*. pp. 11-15

URL: <http://web.mit.edu/allanmc/www/hawlbachsspace.pdf>

Acedido em: 20.6.2022

HALL, Stuart. “When was ‘the post-colonial’? Thinking at the limit”.

URL: <https://readingtheperiphery.org/hall/>

Acedido em: 10.11.2021

HANSBERRY, Lorraine. *A Raisin in the Sun*. New American Library. Nova Iorque, 1961.

HENRIQUES, Isabel C., MARGARIDO, Alfredo, e ALBUQUERQUE, Luís. *Plantas e Conhecimento Do Mundo Nos Séculos XV E XVI*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

HEYWOOD, Linda M. *Nzinga de Angola: a Rainha Guerreira de África*. Casa das Letras. Alfragide, 2018.

JORGE, Lúcia. *A Costa dos Murmúrios*. Círculo de Leitores. Lisboa, 1988.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Memórias do Racismo Cotidiano*. Cobogó. Rio de Janeiro, 2019 [2008].

LEHMAN, Hans-Thier. *Teatro Pós-Dramático*. Orfeu Negro. Lisboa, 2017

MARGARIDO, Alfredo. *As Surpresas da Flora no Tempo dos Descobrimentos*. Elo, Lisboa, 1994.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Brevíssima História de Portugal*. Edições Tinta-da-China. Lisboa, 2018.

PERALTA, Elsa. “A integração dos “retornados” na sociedade portuguesa: identidade, desidentificação e ocultação”. *Análise Social*, LIV (2º), 2019 (n.º 231), pp. 310-337

URL: [http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n231\\_a04.pdf](http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n231_a04.pdf)

Acedido em: 29.05.2022

PÉLISSIER, René, WHEELER, Douglas L. *História de Angola*. Edições Tinta-da-China. Lisboa, 2016 [1971].

PIRES, Rui Pena. *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*. Celsita Editora. Oeiras, 2003.

SAID, Edward W. *Orientalism*. Vintage Books. Nova Iorque, 1972.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-colonialismo e Interidentidade”. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 66, julho, pp 23-52.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. “Some theories on decolonizing history”. URL: [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Some%20theses%20on%20decolonizing\\_Boaventura.pdf](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Some%20theses%20on%20decolonizing_Boaventura.pdf)

Acedido em: 29.05.2022

SOARES, Mário. "Tenho muita honra em ter participado na descolonização", diz Mário Soares”. Entrevistado por: Guilherme Correia da Silva. 2014

URL: <https://www.dw.com/pt-002/tenho-muita-honra-em-ter-participado-na-descoloniza%C3%A7%C3%A3o-diz-m%C3%A1rio-soares/a-17260598>

Acedido em: 16.01.2021

ZURARA. Gomes Eannes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista da Guiné*. 1841 [1451]

URL: <https://purl.pt/216/4/#/1>

Acedido em: 01.02.21

### **Filmografia**

*La jetée*. Realizador: Chris Marker. Produtora: Argos Films, 1962.

*No trilho dos naturalistas: Angola*. Realizador: André Godinho. Produtora: Terratrema Filmes, 2016.

URL: <https://www.rtp.pt/play/p3579/e293225/no-trilho-dos-naturalistas>

Acedido em: 21.06.22

*No trilho dos Naturalistas: Moçambique*. Realizador: João Nicolau. Produtora: Terratrema Filmes, 2016.

URL: <https://www.rtp.pt/play/p3579/e292881/no-trilho-dos-naturalistas>

Acedido em: 21.06.22

*No trilho dos Naturalistas: São Tomé e Príncipe*. Realizador: Luísa Nobre. Produtora: Terratrema Filmes, 2016.

URL: <https://www.rtp.pt/play/p3579/e309752/no-trilho-dos-naturalistas>

Acedido em: 21.06.22

*No trilho dos naturalistas: : Viagens Filosóficas*, Realizador: Susana Nobre. Produtora: Terratrema Filmes, 2016.

URL: <https://www.rtp.pt/play/p3579/e293371/no-trilho-dos-naturalistas>

Acedido em: 21.06.22

*Visões do Império*: Realizador: Joana Pontes. Produtoras: Filipa Reis, Patrícia Faria, 2020.

# **ANEXO**

**Botânica e Colonização**

*(Num dos cantos da sala, uma mesa onde se encontra um computador e vários objetos relacionados com a história dos meus pais: uma manta das que foram feitas para os retornados durante as viagens de regresso de Luanda, várias pequenas estátuas de elefantes e uma girada, um jarro de água tapado com uma “coberta” de missangas, um copo e vários colares. Ao lado da mesa, um candeeiro de pé alto de madeira tropical com diversos animais esculpidos. Noutra canto da sala, um projector.)*

**(AUDIO INICIAL: Sons da selva, fade quando começa o texto)**

**(IMAGEM: Cadeiras dos meus avós)**

## I

Estas cadeiras (*aponta*) – esta e esta – fazem parte de um conjunto de quatro, que foram separadas depois do casamento dos meus pais. Começaram por não ter nenhuma pintura, posteriormente passaram a amarelo, e agora encontram-se assim. Vermelhas. Desde que me lembro, sempre se falou da robustez destas cadeiras, que eram muito bem feitas e que iriam durar muitos anos. E de facto, 50 e tal anos depois, ainda aqui estão. São feitas de madeira tropical e vieram de Angola.

Tal como as cadeiras, Angola está sempre presente. Quando a família se junta nos almoços de Domingo, as conversas acabam invariavelmente por ir lá parar. Qualquer tópico serve. Começa-se com algo banal, como o tempo, e logo se compara o clima português ao clima africano, onde estava sempre calor e dava sempre para ir à praia durante todo o ano. Depois, fala-se das praias de areia dourada e o mar sempre quente. Mas era preciso ter cuidado com os tubarões. E os cocos frescos que cresciam nas palmeiras ao longo do areal. A seguir, fala-se também das comidas que por lá havia, como o mamão, uma fruta enorme cujo sabor não tinha nada a ver com o que se come aqui. E os camarões e as lagostas gigantes, que se cozinhavam em tachos cheios de jindungo. O mato denso e as árvores que cresciam como cogumelos onde quer que fosse, as espécies várias – a maioria desconhecidas – onde cresciam frutos igualmente variados e estranhos. Fala-se do “kisonte”, as formigas que devoravam homens em segundos, e das cobras que cuspiam veneno que podia cegar os olhos.

Mas muitas vezes, as histórias não se ficaram apenas pelas conversas. Às vezes, nos dias de maior saudosismo, tiravam-se dos armários os álbuns de fotografias e passavam-se os serões a ver conhecidos e desconhecidos em várias ocasiões, desde a foto em pose em frente a carros, campos e entradas de casas e garagens, a momentos de convívio e até de

alguma boémia. Com as fotos, vinham também as histórias de família, como a vez em que a minha tia, com 5 anos, decidiu que queria brincar com as amigas sem pedir permissão aos pais. Para que ninguém descobrisse o que tinha feito, decidiu trancar a família toda em casa durante a tarde inteira. Para além disso, também se assistia a vídeos caseiros, onde se via a família em festas de casamento e batismos, na praia a apanhar sol e a fazer passeios à beira-mar. Também se mostravam documentários sobre a história de Angola, para que pudéssemos ver outras imagens de como era naqueles tempos. Esses momentos eram de grande animação, pois o entusiasmo de ver a Angola daqueles tempos levava a grandes exaltações a meio do filme:

“Olha o café do Sr. António ali ao fundo!”

“Já nem me lembrava que a Avenida era assim, vê lá tu!”

“Ai, vi a imagem da baía e lembrei-me daquela vez que nos perdemos ...”

“Luanda era muito maior que Lisboa. A proporção das coisas, os edifícios... era tudo muito diferente!”

Estas e muitas outras histórias que foram contadas ao longo dos anos foram fazendo com que criasse, à minha forma, a minha própria imagem de Angola: um lugar de cidades vastas e cosmopolitas onde, longe da capital, se podia ouvir Zeca Afonso e Vitorino e ver filmes que eram proibidos em Portugal, sem medo da censura nem da PIDE. Mas nesse meu imaginário, Angola não era só feita de cidades. Eram as praias com longos areais dourados e mar sempre liso e quente, eram as estradas acidentadas de terra vermelha batida, eram as florestas tropicais densas por desbravar, repletas de plantas de várias espécies.

## II

Se não fosse Angola, talvez eu não estivesse aqui. Há muitos anos atrás, os meus avós decidiram deixar Portugal e tentar a sorte pelas então colónias. Do lado do meu pai, o motivo era a falta de condições em Trás-os-Montes. Do lado da minha mãe, uma tentativa de resolver o problema de bebida do meu avô, tirando-o da Madeira. Tornaram-se vizinhos durante largos anos. A eles se juntaram várias pessoas que acabariam por fazer parte da minha história: a Prazeres, uma senhora que enviuvou cedo e que me criou a mim e à minha irmã; a Natália e o João, quase primos dos meus avós paternos e que eram donos de várias plantações; a Aninhas, uma mulher da aldeia dos meus avós paternos que trabalhava para a minha avó materna.

De cada uma destas pessoas, sobreviveram histórias sobre Angola. A Prazeres contava várias vezes sobre como tinha atravessado África de uma ponta à outra em estradas de terra batida, extremamente perigosas e sempre rodeadas de plantas incríveis. A Natália e o João falavam das plantações da sua fazenda, das formigas carnívoras que podiam matar um homem em segundos e das cobras que se escondiam no topo das plantações para morder a cabeça aos homens. Os meus pais falavam das praias imensas de águas límpidas, dos frutos tropicais e dos camarões e lagostas gigantes, comidos com jindungo.

### III

“Passava-se mal em Trás-os-Montes”, dizia o meu pai. “Havia muita fome e muito desemprego.” Para além disso, não havia qualquer tipo de apoio às famílias mais carenciadas. Sempre que íamos a caminho da vila mais próxima, passávamos perto de uma casa minúscula no meio de um olival. O meu pai dizia-me que ali vivia uma família que tinha dificuldades em sustentar os seus 13 filhos e a única coisa que receberam do governo de Salazar foi uma medalha, por contribuírem para o aumento da taxa de natalidade do país. Várias pessoas das aldeias e das vilas daquela zona acabaram por partir para as colónias em busca de uma vida melhor. Mas o processo não era fácil. O governo só deixava ir quem tivesse referências de pessoas que já lá viviam e que pudessem atestar o bom carácter dos que se predispunham a partir. O meu avô conseguiu essas referências por intermédio de uns amigos de uma aldeia vizinha, que tinham a filha e o genro a viver em Angola. Foram eles que trataram de tudo. Assim, o meu avô partiu com a família para Angola, para ir trabalhar como camionista para o transporte de café.

Segundo o meu pai, os primeiros anos foram muito difíceis. Para além do trabalho duro do meu avô, que implicava muitas horas em estradas de terra batida no meio do nada, a família vivia em condições deploráveis. A primeira casa que tiveram foi uma cubata perto da selva. Por várias vezes, houve encontros de primeiro grau com onças e leões. Só tinham uma catana para se defender. Foram precisos alguns anos até que o meu avô conseguisse comprar uma casa e, mais tarde, um camião para criar o seu próprio negócio.

### IV

A história do alcoolismo do meu avô é algo de que se fala pouco em família. Aliás, eu própria só soube que o meu avô padecia desses problemas quando fiz 18 anos. Depois de uma mega-jantarada, em que uma amiga minha estava tão bebêda que atirou cervejas para cima de mim a noite toda, a minha mãe veio perguntar-me porque é que toda a minha

roupa tresandava a álcool. Depois de lhe explicar o sucedido, contou-me do meu avô e que por isso lhe preocupavam as minhas saídas à noite. Saber disto foi um choque, porque a imagem que eu tinha dele era a personificação do rigor, da responsabilidade e, sobretudo, da pontualidade britânica. No entanto, segundo a minha mãe, nem sempre foi assim.

Ao que parece, o meu avô foi completamente abstémio até aos 21 anos. Quando começou a trabalhar como guarda na prisão da Madeira, ganhou o hábito de ir beber com os colegas ao final do dia para descomprimir. Mas depressa abandonou a moderação e atingiu o excesso. Tal como disse, a minha mãe nunca entrou em grandes detalhes, mas garantia que, nos dias maus, o meu avô chegava a casa podre de bêbedo. As discussões com a minha avó eram intensas. Nos dias bons, arrastava-se até à cama e por lá ficava até acordar no dia seguinte com uma grande ressaca.

Foi então que a minha avó decidiu que deviam ir todos para Angola. Se o meu avô estivesse longe das influências dos amigos boémios, talvez atinasse de vez. Assim fizeram. Durante alguns tempos, o meu avô acalmou e conseguiu arranjar trabalho como mecânico da TAP, onde ganhava bastante bem. No entanto, a vida boémia também existia entre os mecânicos da TAP e o meu avô voltou aos seus velhos hábitos. O meu pai dizia que ver o meu avô chegar a casa era um fenómeno curioso. Chegava sempre de carro e estacionava de forma exímia à entrada de casa. No entanto, mal saía da viatura, demorava imenso tempo para subir as escadas à entrada de casa.

Que eu saiba, o problema de bebida do meu avô nunca fez com que a família passasse dificuldades maiores, embora não vivessem da forma mais confortável pois, para além da bebida, o meu avô também emprestava dinheiro aos amigos para comprar motas, casas, o que fosse preciso, amigos esses que raramente retribuíam o favor ou devolviam o dinheiro. A história mais surreal do meu avô nada tem a ver com a bebida em si, mas com o altruísmo. Um dia, o meu avô não voltou do trabalho, o que, tendo em conta a sua situação, não era de todo estranho. Mas os dias foram passando e ele não aparecia. A minha avó perguntou a vizinhos, colegas, amigos, foi à polícia, mas ninguém sabia de nada, nem a polícia encontrou quaisquer pistas. O meu avô só voltaria a aparecer 10 dias depois. A justificação foi que esteve a ajudar um amigo num biscate numa empresa de lenha. Uma história bizarra, mas que acabou por se verificar que era verdade.

O meu avô nunca mais fez nada do género, mas o seu problema com a bebida trouxe outro tipo de inconvenientes. A Aninhas trabalhava para a minha avó e contava histórias mirabolantes de como o meu avô entrava no ateliê de costura da minha avó para lhe roubar

as chaves de casa, que a minha avó não lhe dava para que não pudesse ir buscar dinheiro para a bebida. Mas ele conseguia tirá-las a maior parte das vezes, o que deixava a minha avó furiosa.

O problema de alcoolismo do meu avô só se resolveu anos mais tarde, devia eu estar na casa dos sete. Por norma, íamos visitar os meus avós para o almoço de Domingo e o meu pai dizia que o meu avô estava tão bêbedo que tinha grandes lapsos de memória durante as conversas, chegando a adormecer em frente à televisão.

“Então não te lembras de como ele estava sempre bêbedo quando íamos lá?”, perguntou-me o meu pai várias vezes. Mas com aquela idade, tudo me passava ao lado.

## V

Em Angola, toda a gente tinha criados. Na minha família pouco se falava disso, a não ser quando as histórias acabavam mal, o que só aconteceu duas vezes. Num dos casos, um dos empregados da fazenda do João não levou capacete quando foi para as plantações e acabou mordido por uma cobra, tendo morte quase imediata. Noutra, a Prazeres contou que um dia estava a tomar banho e viu um olho a espreitar. Ela gritou e o olho desapareceu. Veio-se a descobrir que era o filho de um dos melhores empregados do marido. A conversa entre patrão e empregado azedou e pai e filho acabaram despedidos. De facto, agora que penso nisso, havia muito poucos relatos sobre a vida dos angolanos. As únicas imagens que tenho vieram da Prazeres, que contava histórias sobre como eram os funerais nas sanzalas. Explicava-me o que eram macumbas e cubatas, e falava de como o povo angolano era extremamente emotivo e sem grandes pudores. Se era para rir, era para rir. Se era para chorar, era para chorar. Mas não havia muito mais a dizer sobre eles, para além do trabalho que faziam para os portugueses, nas casas ou nas fazendas. Só mais tarde é que ouvi falar do chibalo. Segundo a Wikipedia, *Chibalo é o conceito de servidão por dívida ou trabalho forçado no Ultramar Português (...) mais notadamente em Angola e Portugal*. Segundo me contaram, havia um enorme paradoxo em relação à forma como funcionava. Os negros tinham de pagar um imposto precisamente por serem negros e que era orquestrado de forma a que nunca conseguissem saldá-lo. Era aí que se propunha a “solução”: trabalhar para abater a dívida contraída. Muitos deles aderiam a esta proposta, mas, por mais que trabalhassem, a dívida nunca ficaria paga, levando a que alguns ficassem reféns deste círculo vicioso. Era assim que, mesmo vivendo num país onde a escravatura tinha sido “abolida”, se arranjavam novas formas de escravidão.

Em todas as histórias que me contaram, havia apenas um negro que não entrava no esquema do chibalo: Jonas Savimbi, o líder da Unita. A Prazeres conheceu-o quando, a dada altura, viveu no leste de Angola. Dizia que ele simpatizava bastante com o marido dela e que lhes falava sempre muito bem. Mas, segundo ela, “ele tinha manha”. A guerra haveria de dar razão a esse argumento mais tarde.

## VI

É na altura do 25 de Abril que as histórias se dividem. A família do meu pai teve a sorte de voltar para Trás-os-Montes um pouco antes da guerra e não arcou com as consequências que os “retornados” sofreriam depois. Também ajudava que, tal como o meu pai e os meus avós, muitas outras pessoas que viviam nas colónias acabassem por voltar à aldeia após o 25 de Abril, como a Aninhas, por exemplo, o que gerou uma onda de apoio mútuo entre eles.

Os únicos problemas que tiveram foi com a família que vivia na aldeia, que não viu o regresso a casa com bons olhos. Na perspetiva deles, quem vivia nas colónias era rico e abastado. Essa imagem desapareceu quando viram como as pessoas voltavam apenas com a roupa que tinham no corpo. Isto fez com que achassem que os meus avós e o meu pai vivessem numa situação de pobreza extrema e que, ao ajudá-los, estariam a fazer um enorme favor e uma grande caridade.

Com a minha mãe, a história foi bastante diferente. Durante o início da guerra, enquanto os meus avós tentavam procurar uma solução para o regresso, a minha avó voluntariou-se para trabalhar no IARN para prestar apoio a quem queria voltar para Portugal. As pessoas estavam desesperadas. As histórias que chegavam, principalmente do interior, eram de autênticos massacres em que matavam famílias inteiras onde só escapavam as crianças, se é que escapavam, e de pessoas que fugiam só com o que traziam consigo. Mas os problemas não se ficavam só pela guerra. No Porto de Angola, a madeira necessária para fazer caixas para transportar os pertences que as pessoas conseguiam trazer era cada vez mais escassa, ao ponto de a dada altura já não ser mais possível. Além disso, a comida começou também ela a rarear, ao ponto de haver pessoas que somente ingeriam uma banana durante o dia, porque era a única coisa que havia.

De forma a fazer o acompanhamento a quem precisava, a minha avó veio algumas vezes a Lisboa. Numa dessas viagens, soube que havia um homem que estava à procura de alguém que ficasse na quinta dele em Sintra, porque tinha medo que a casa fosse ocupada, o que naquela altura, com os “retornados”, era algo que ocorria com frequência. A minha

avó conseguiu estabelecer contacto com esse homem e ele deixou que a família da minha mãe fosse viver para a tal quinta. Quando regressou a Angola, começaram os preparativos. A minha mãe, a minha tia e os meus bisavós foram os primeiros a vir, para que a minha mãe e a minha tia continuassem os seus estudos, que tinham sido interrompidos com a guerra. Os meus avós regressariam mais tarde, mas sem data definida.

Foi uma altura particularmente complicada para a minha mãe. Com 18 anos, tornou-se temporariamente responsável pela gestão do dinheiro da casa. Os retornados não podiam levantar o que tinham nas contas de Angola e só lhes era permitido trazer 25 contos por pessoa. Os meus avós conseguiram distribuir o dinheiro por todos os que iam regressar, inclusive pela minha tia, que tinha 13 anos. Era esse dinheiro que a minha mãe tinha de gerir até que os pais voltassem, embora não houvesse garantias de regresso. A minha mãe nunca tinha feito nada disto antes e, segundo ela, era algo que a assustava. Era ela que dizia aos meus bisavós o que se devia comprar ou não. Além disso, teve de tratar de todas as burocracias para que ela e a minha tia fossem para a escola, desde matrículas, transportes, tudo. Para a minha mãe, acabada de regressar de Angola, não era de todo fácil. Tanto ela como a minha tia perderam-se algumas vezes antes de memorizarem o percurso.

Foi precisamente nos transportes que a minha mãe ouviu os maiores preconceitos em relação aos “retornados”. Nos comboios da linha de Sintra, as pessoas comentavam sem pudores a situação destes, muitas vezes em voz alta, para que todos pudessem ouvir e opinar. Como não se vestia da mesma forma a que se associava a imagem de um “retornado”, a minha mãe nunca sofreu na pele discriminação directa, mas muitas vezes ouvia estas conversas calada e, caso alguém lhe pedisse opinião, chegava a expressar ideias contrárias àquilo que verdadeiramente achava.

Os meus avós acabaram por conseguir vir para Portugal três meses mais tarde, apenas três dias antes da independência oficial de Angola. A família toda viveu naquela casa até que os meus avós conseguiram comprar um apartamento em Mem-Martins e se mudaram para lá.

O relato mais detalhado da guerra veio da Prazeres. Onde ela morava, circulava o rumor de que haveria um tiroteio e que iriam atacar quem quer que estivesse em casa. A Prazeres e o marido puseram umas quantas coisas num caixote de madeira, que seria levado num dos poucos comboios que saíam daquela zona, e fizeram um plano. Se o tiroteio se desse enquanto o marido estivesse a trabalhar, a Prazeres devia sair imediatamente de casa, correr para a estação e apanhar o primeiro comboio que aparecesse. Eles encontrar-se-iam depois num determinado ponto.

A meio da noite, a Prazeres acordou com o som de balas. O marido ainda não tinha chegado e, tal como planeado, saiu de casa, vestida apenas com a roupa que tinha no corpo, e foi para a estação. O que ela encontrou foi um cenário dantesco. Por todo o lado, pessoas completamente desorientadas. Algumas, dizia ela, até estavam nuas. No meio da estrada, alguém cortado ao meio, tronco separado das pernas. Uma mulher viu-a sem sapatos e deu-lhe um par, o que a Prazeres nunca conseguiu devolver.

“Foi tanta coisa horrível que eu vi!”, dizia a Prazeres. E ela, que adorava contar histórias, ficava-se por ali nas descrições do que tinha visto e continuava a falar da fuga. O comboio que deveria ter saído naquela altura nunca chegou a partir e, no desespero, várias pessoas, ela inclusive, fugiram a pé. Durante meses, a Prazeres e o marido andaram desenhados um do outro, mas voltaram a encontrar-se mais tarde, noutra parte do país. O marido contou-lhe que tinha voltado a casa para ir buscá-la, mas que não a tinha encontrado. Quanto ao caixote, não o tinha conseguido trazer. Ficaram sem nada.

Muitas vezes, a Prazeres lamentava-se de tudo o que perdera. “Tinha tanta coisa linda!”, dizia ela. Às vezes, punha-se a descrever tudo, dos móveis ao gato, que ela adorava. “Mas ficou tudo lá!”. Talvez fosse por isso que a Prazeres gastasse bastante dinheiro em compras e enchesse a casa dela com objetos. À família oferecia todo o tipo de presentes. A minha mãe dizia-lhe várias vezes que devia poupar o dinheiro, porque nunca se sabia se podia fazer falta, mas ela ignorava-a e continuava a comprar. Se ela gostava muito de uma coisa, comprava pelo menos três iguais, para que nunca lhe faltasse nada. Para além disso, a Prazeres alimentava uma enorme raiva contra os negros. Exceto o Nat King Cole. “Ai, gosto tanto do Nat King Cole!”, dizia ela quando o ouvia. A razão para esta exceção à regra, viemos nós a descobrir, tinha a ver com o facto de ela nunca ter visto fotografias dele. Não sabia que era negro. Ainda para mais, não tinha uma voz que se associasse à voz de outros negros, como o Louis Armstrong ou o Ray Charles.

No dia em que o Nat King Cole morreu, anunciaram a morte dele na televisão e passaram várias imagens suas a cantar. A minha mãe chamou a Prazeres e disse-lhe: “Olhe,

Prazeres, aquele é o Nat King Cole.” Até hoje nunca me esqueci da cara dela quando o viu pela primeira e última vez, até porque, depois daquilo, ela nunca mais voltou sequer a falar dele.

## VIII

“O 25 de Abril foi um desastre.” Esta frase foi proferida pela minha professora de história do 9º ano. Tinha 15 anos e não quis acreditar no que estava a ouvir. Como assim, um desastre?!

Ela explicou que, se era verdade que o 25 de Abril tinha acabado com a ditadura, também era verdade que tinha sido tudo feito às três pancadas e que as colónias tinham sido deixadas ao abandono, sem qualquer tipo de salvaguarda nem ordem, e o que se tinha seguido depois disso tinha sido terrível. Na altura foi um choque, mas ao mesmo tempo, fez com que vários episódios que se passaram em casa fizessem sentido.

Lembro-me de intensos debates entre o meu avô e o meu ex-padrasto em relação às diferenças entre o Cavaco Silva e o Mário Soares. O meu ex-padrasto, que estudava em Coimbra e esteve envolvido nas revoluções estudantis, tinha uma grande admiração pelo Mário Soares. Aliás, toda a conversa sobre a guerra e a vida nas colónias incomodava-o bastante, porque isso significava que o que lhe tinham dito, e pelo qual ele tinha lutado na sua juventude, não correspondia ao que ali era contado. “Os retornados até foram muitíssimo bem tratados quando voltaram”, dizia ele, exemplificando com a forma como ele tinha perdido um trabalho que seria ocupado por um “retornado” que acabara de chegar das ex-colónias. Este tipo de situações não era de todo fora do comum, uma vez que essa era uma das soluções que se tinha arranjado para tentar orientar a vida de alguns “retornados” no regresso a casa. O meu avô ficava furioso com estas afirmações, nunca entrando em grandes detalhes do motivo da sua raiva, mas contrapunha sempre com outras histórias. E falava do Cavaco Silva, que tinha sido comparavelmente melhor que o Mário Soares, e que estaria apenas um lugar abaixo do Alberto João Jardim na sua escala de admiração. Só mais tarde percebi porquê.

*(AUDIO: Entrevista de Mário Soares sobre a questão da descolonização e dos retornados)*

*DW África: Podia ter-se evitado a guerra civil em Angola ou Moçambique se a descolonização tivesse sido feita de outra forma?*

*MS: Não. Ou a descolonização era feita a sério ou não. Porque o regime de Salazar não acreditava sequer que isso fosse possível. Depois, com Marcello Caetano, a emenda foi pior que o soneto, porque eles queriam fazer umas pequeninas coisas mas acabaram por não conseguir fazer nada. Eles não eram a favor da descolonização. Não percebiam a importância que tinha a descolonização feita em paz. E, realmente, eu tive dificuldades em vários países europeus. Diziam: "Mas vocês querem fazer a descolonização neste tempo?" Queremos.*

*Porque eu convivi com todos eles, desde o tempo em que havia uma coisa que se chamava a Casa dos Estudantes do Império. Eles traziam os melhores estudantes africanos para cá. Foi o ninho de onde saiu tudo para fazer a revolução. Os que eram de Angola queriam a independência de Angola, os de Moçambique queriam a independência de Moçambique e por aí fora. E isso apagou-se, porque todos são independentes.*

*DW África: Disse que a descolonização foi exemplar face às condições no Portugal pós-revolução. Continua a pensar assim?*

*MS: Houve lutas? Não houve. Houve paz? Houve. Foi o principal. A paz é o principal. E o bom relacionamento que fica em virtude da paz.*

*Claro que depois, quando houve guerras entre eles, claro que nós não podíamos tomar partido. Não podíamos. Quando me diziam: "Você é do Savimbi!". Não sou. "Você é do MPLA!" Não sou. "O que é que você é?" Sou de Angola, sou a favor de Angola e da independência em Angola, mas não tenho de me meter nas vossas lutas. Queria era que vocês fizessem a paz entre vocês. E lutei por isso. Não foi possível.*

*DW África: Continua a ouvir críticas dos portugueses que fugiram das ex-colónias?*

*MS: De vez em quando, há uns tipos, agora já muito poucos, os chamados "retornados", vêm com coisas, já os tive de atender em vários sítios e em várias reuniões. [...] E eles a dizerem: "Você roubou Angola e vendeu Angola aos russos e não sei que mais e tal ...." Bem, tudo isso, claro, são mentiras puras. E, realmente, foi uma grande coisa ter feito, estou muito orgulhoso de ter feito o que se fez com a descolonização, e tenho muita honra em ter participado nisso ativamente.*

*DW África: O 25 de Abril valeu a pena?*

*MS: Valeu, sem dúvida nenhuma, sem 25 de Abril não havia tudo o que houve. Não havia a descolonização, feita como se fez, não havia a lusofonia. Quem é que falava em*

*lusofonia? Eles queriam lá saber se os Angolanos falavam português ou não, o que era preciso era que obedecessem. [Pausa] Pff.*

## IX

Um dos sítios preferidos do meu grupo de amigos do secundário era o Jardim do Ultramar. Não me lembro como fomos lá parar. O jardim era enorme, estava sempre vazio e não se pagava até aos 18 anos. Mesmo depois dos 18, só se pagava 50 cêntimos. Passávamos lá tardes inteiras a explorar os espaços abandonados, a tirar fotografias para o hi5 e a fazer palhaçadas. Naquela altura, não tinha noção nenhuma de que o jardim fazia parte da Exposição do Mundo Português e, por isso, estranhava todos os bustos que estavam espalhados pelo recinto. Este assunto só voltou à tona quando me tornei guia turística e decidi ler mais sobre o assunto. E recordei a carrada de visualizações e de “high-fives” que recolhi por cada uma das fotografias que tirei com aquelas estátuas “exóticas”.

*(IMAGENS: Fotos do jardim e dos bustos)*

*(AUDIO: Música clássica primaveril em fade, descrição do Jardim/Exposição do mundo Português, possivelmente do site ou descrição própria).*

### **JARDIM BOTÂNICO TROPICAL**

*Situado num espaço de quintas e casas de recreio da nobreza portuguesa dos séculos XVI, XVII E XVIII em Belém, o Jardim Botânico Tropical encontra-se classificado como Monumento Nacional. Foi criado em 1906 por Decreto Régio, no contexto da organização dos serviços agrícolas coloniais e do Ensino Agronómico Colonial no Instituto de Agronomia e de Veterinária. Originalmente denominado Jardim Colonial, tinha uma forte componente didática, sendo considerado “base indispensável ao ensino”, por ser “indispensável o exemplar vivo para que a demonstração seja rigorosamente científica e educativa, para que o aluno não fique imaginando somente como são os animais e os vegetais, mas tenha a noção viva da realidade”, e contando entre as suas competências, a de desenvolver e assegurar a manutenção de coleções de plantas vivas das zonas tropicais e subtropicais – seja ao ar livre e num ambiente confinado – com classificação e catalogação atualizadas, que constituem material de estudo e ensino.” Para além disso, também funcionou como centro de estudo e experimentação de culturas, espaço de recolha de informação sobre a agricultura colonial, centro promotor de*

*relações com outras instituições para intercâmbio de material vegetal e uma entidade fundamental para responder a questões de índole técnica.*

*O Jardim Botânico Tropical fez parte da Exposição do Mundo Português em 1940, que ocupou uma grande parte da zona de Belém. Era ali que funcionava a Secção Colonial, onde foram criadas estruturas como a Casa Colonial – com painéis de azulejos com temáticas coloniais – o antigo Restaurante Colonial, o Pavilhão das Matérias-Primas e o Arco de Macau. Também é de destacar os catorze bustos africanos e asiáticos da autoria do escultor Manoel de Oliveira, que povoam o jardim.*

Há uns meses atrás, soube que tinham feito obras nesse mesmo jardim e decidi ir até lá. Estava curiosíssima para ver não só o que tinham feito em termos de restauro, mas acima de tudo se tinham tirado os bustos ou não. Quando lá cheguei, vi que não só não tinham tirado nenhum, como tinham pintado de branco os pilares onde estavam assentes. A justificação? Era preciso reconhecer a existência daquela Exposição em particular e o que ali se tinha passado.

## X

Uns anos mais tarde, estou na esplanada da faculdade a ouvir falar sobre racismo em Portugal. A Edna, angolana, dizia que o povo português era racista e preconceituoso. A Patrícia, portuguesa, defendia por sua vez que não era bem assim. O debate ficou cada vez mais intenso, com argumentos bastante fortes a serem esgrimidos dos dois lados. Não me lembro o que as fez parar, mas lembro-me claramente que, a dada altura, a Edna olhou para mim e disse: “Os retornados não sofreram nada com a guerra.” Sinceramente, não me lembro de lhe ter dito que a minha família tinha estado lá e fiquei sem reação na altura, a tentar decifrar se era uma mera coincidência ela ter dito aquilo a olhar para mim, ou se lhe tinha contado alguma coisa. Hoje em dia, à luz do que sei, acho que lhe teria dito: “As coisas não são assim tão simples.”

## XI

Claro que não sou inocente nesta matéria. Aliás, várias vezes me surgem histórias que me fazem pensar nessa imagem idílica da colonização que tentam pintar. As histórias são várias. Uma das minhas melhores amigas não é aceite num trabalho para o qual tem qualificações por causa da cor da pele. Uma das minhas alunas fica escondida no fundo do pavilhão em lágrimas durante horas porque a chamaram de preta no intervalo. As

várias obras de literatura inglesa dos séculos XVIII e XIX que leio na faculdade. Homi Bhabha, Edward Said, e as teorias do Outro e da sua resistência face ao colono. A mesma melhor amiga que tem de ir para casa mais cedo por ter medo de ser apanhada pelos *skinheads* em Cacilhas, verificando-se, mais tarde, que havia fundamento para esse receio. Outra das minhas melhores amigas começa a ter problemas quando anda na rua com o namorado guineense. A distribuição social e arquitetónica da urbe: quando se vai de Lisboa para a periferia, quem mora nos bairros chiques e quem mora nos bairros sociais. As conversas duras que já tive durante as tours. “Como é que não falas dos problemas da escravatura?” “Não sei como é que falas dos portugueses dessa maneira tão nobre, depois de tudo o que fizeram connosco.” “Admite, por favor, que tiveram um problema com os escravos.” A resposta já está praticamente na ponta da língua. Salazar, o lusotropicalismo e a falta de divulgação do que aconteceu às massas. A resposta acalma os turistas, mas não resolve o problema. E porque não falo da escravatura? Política da empresa. Devemos sempre evitar temas polémicos e, se forem abordados, devemos mostrar os dois lados da questão, de forma a não nos comprometermos e evitar conflitos. Esta é daquelas regras que não é preciso relembrar muitas vezes, até porque um comentário ofensivo pode resultar em menos gorjetas no final da tour e em críticas negativas no TripAdvisor que ninguém quer receber.

**(AUDIO: GRAVAÇÃO DA TOUR NO MAPA EM FRENTE AO PADRÃO DOS  
DESCOBRIMENTOS)**

*“So, in here we have the world. The world was given to us by the South African President to celebrate the relations between Portugal and South Africa. As you can see, there are many dates and many names. The dates are the times when the Portuguese arrived to those places, and the names, in some cases, were the ones given by the Portuguese to those places, for example, we also have a Belém in Brazil, for example.*

*You know, we keep talking about the Discoveries all the time, and this is no random reason. It’s mostly because, you know, there’s always a time in everybody’s country that you tend to look back to and think “Oh, we were never as great as we were at that time”, and the Discoveries are those times for the Portuguese. You know, we were never as advanced economically, technologically, politically, etc. etc., but also, you know, as someone put it, you know, “We gave new worlds to the world”, because new perspectives*

*of the world were found back then in terms of culture, geographies, food, you know, we really shifted our perspectives, and we were the pioneers of that.*

*You know, many things could be said about all of this – this would be just a tour in itself – but the place we usually like to talk about here is in South Africa, the Cape of Good Hope. It used to be called “The Cape of Torments”, because it was a torment to pass. Now we know it was because of oceans clashing, but, you know, they also had a legitimate version of the event back then, which was that there was a monster that was making all the ships sink. You know, he was called Adamastor and he was defeated when Bartolomeu Dias, the guy who did cross the cape – he did exist – the story goes that he was crossing the cape and he yelled at Adamastor, like “Get away, Adamastor, we need to get to India, get out of the way!”, and he ran away in fear. And after that, I mean, Bartolomeu was so successful, in fact, you know, that he crossed the cape, went back, took Vasco da Gama, and together, they went to India. Vasco da Gama would’ve never done if it wasn’t for Bartolomeu and both of them would’ve never done if it wasn’t this creation that you can see right here.*

*This boat is called the caravela. The caravela is a Portuguese creation and it was the most used boat to travel the world, pretty much. What made it such a good boat for travelling? Well, first of all, it was much smaller than regular boats, which made it much faster; it had a flat bottom, which would prevent getting stuck on sandbanks, but you know, the big thing that changed everything are the triangular sails, because from then on, you could do something you couldn’t do before, which was to shift the sails according to where the wind was blowing. So, even if you weren’t going in a straight line, you were always going ahead. It is said that at some point, though, the secrets of the caravelas were destroyed, because the Portuguese didn’t want anybody on their tail, but as History has shown us, it was quite a useless measure, because right after the Portuguese, we have the Spanish, the Dutch, the English, the French, you know, all of those guys. So it was pretty much useless.*

*I don’t know if you have any questions? Ok, let’s go.*

## XII

Houve uma altura em que tentei contornar essa regra e, aproveitando o facto de poder falar dos dois lados da questão, mudei um pouco o discurso. Quando falava da expansão portuguesa, dizia que eram considerados os nossos tempos de glória, para de seguida descrever toda a questão da escravatura, que ainda era pouco debatida em Portugal, mas

que isso estava a começar a mudar. E exemplificava com os protestos a propósito da criação do Museu das Descobertas. O efeito não foi bem o esperado. Se, por um lado, consegui falar do tema sem causar qualquer tipo de consequência negativa para o meu lado, a verdade é que quem estava na tour ficava sempre bastante desconfortável. Os brancos, claro. O único negro que me lembro de ter visto nesta minha fase “revolucionária” riu-se, não porque achasse piada, mas estava com um ar de “Here we again!”. Cá vamos nós outra vez!

### XIII

Falar destas coisas não me é fácil. Por um lado, há uma questão política muito forte em torno do tema da colonização, mas do qual ainda hoje pouco se fala. Porque isso implica reconhecer realidades desagradáveis, onde os portugueses não são os heróis, que Portugal não foi assim tão extraordinário quanto se acha, e que o luso-tropicalismo não passou de uma utopia. A meu ver, de uma mentira.

Mas a quem quero enganar? A parte mais difícil será sempre a pessoal. Contar estas histórias significa estar num confronto constante com o facto de que a maior parte das pessoas de quem falo já não está entre nós. E na frustração que é tentar reconstituir todas estas histórias agora. Pois se é verdade que muitas destas narrativas me foram contadas quando era mais nova e as ouvia de forma semi-atenta e pouco interessada, agora que sou mais velha e tenho a maturidade para as ouvir já não me é possível fazê-lo.

Sobram as fotografias, as lembranças que se vão reconstituindo, uma mistura de memórias de quem está vivo e os fragmentos de histórias que tento recordar e descrever da forma mais fiel possível. E claro, sobram as cadeiras, feitas de madeira tropical, bastante robustas e que irão perdurar por muitos e longos anos.

### XIV

Estas cadeiras, por exemplo, fazem parte de um conjunto de quatro, que foram separadas depois do casamento dos meus pais. Começaram por não ter pintura nenhuma, depois passaram a amarelo, e agora, estas duas encontram-se assim. Vermelhas. Desde que me lembro, sempre se falou da robustez das cadeiras, que iriam durar muitos anos. De facto, 50 e tal anos depois, ainda aqui estão. São feitos de madeira tropical e vieram de Angola. Falar sobre a época da Expansão Portuguesa é falar inevitavelmente da expansão do território e das fortunas que Portugal fez à custa das colónias de então para estoirar tudo em palácios. Fala-se do exotismo dos povos com que os portugueses se depararam nas

suas viagens e na análise dos seus costumes. Descrevem-se os estranhos animais que se encontravam nas novas terras e a sua eventual extinção. De travessias de cabos, oceanos, florestas densas, cidades labirínticas e desertos vastos, fizeram-se lendas, poemas épicos e músicas pirosas. Ao crescermos, são-nos incutidas as teorias de Gylberto Freyre sobre o luso-tropicalismo, que nos fazem acreditar que fomos bons colonizadores e que não estamos implicados na escravização de cerca de 10 milhões de pessoas de todas as partes do mundo nem na morte de outros tantos. Mas se há coisa de que nunca se fala sobre esta época – pelo menos, de forma mais corrente, quando comparada com outros temas - é sobre as plantas.

Quando os portugueses se aventuraram por esses mares fora, não o fizeram com intuítos românticos de conhecer o mundo que muitos lhes parecem querer atribuir – aliás, essas questões nem sequer estavam em cima da mesa. O que lhes interessava eram apenas duas coisas: a primeira era encontrar uma rota marítima para a Índia, de modo a conseguir chegar lá da forma mais rápida e direta possível, para assim conseguir o monopólio do negócio das especiarias orientais, aumentando a fortuna do reino. A outra era conseguir encontrar terras com solos mais férteis para poder plantar trigo, cereal essencial na alimentação do país, mas que pouco ou nada se conseguia produzir, e assim acabar com períodos de fome que chegaram a matar cerca de dois terços da população.

Conseguir alcançar estes dois objetivos tornou-se num investimento de séculos, que mobilizou toda uma série de recursos, e que teve resultados inesperados. A tentativa de chegar a um determinado local no mapa levou à chegada a tantos outros locais de tal forma estranhos à nossa perspetiva mediterrânica que muitas das descrições da época não fazem justiça ao que realmente se encontrou por lá. Florestas inteiras foram reduzidas a descrições vagas, como “terra chã com grandes arvoredos (...), que é tanto e tamanho e tão basto e de tantas prumagens. Plantas complexas foram, durante muito tempo, descritas através de comparações bizarras, como “oliveiras brancas que dão frutos que se parecem com ameixas”. Mas este período de estranhamento foi muito curto, pois a partir do momento em que os portugueses se começaram a familiarizar com as plantas de outros países, procedeu-se a um processo complexo de seleção. Algumas foram consideradas úteis, fosse como alimento, elemento decorativo de jardins e salas de estar, objeto de estudo ou forma de lucro, e por isso, foram levadas um pouco por todo o lado, alterando permanentemente as paisagens e culturas por onde foram plantadas. Outras foram ignoradas. As justificações para isto são várias: por não terem qualquer tipo de utilidade, por serem demasiado estranhas ao nosso gosto, à nossa cultura e ao nosso paladar; por

não resistirem intactas às viagens; por não se adaptarem à nossa terra e ao nosso solo; por não darem os mesmos frutos que davam no seu local original, se dessem algum fruto sequer. E outras foram pura e simplesmente destruídas. Foram levadas à extinção por entreguismo, não havendo atualmente qualquer rasto da sua existência, ou até por uma questão de sobrevivência, para que se pudessem construir estradas e infraestruturas para o estabelecimento de novas aldeias, vilas e cidades, ou até mobília para que se pudessem habitar as casas. Também foram queimadas por uma questão de conveniência – ou falta dela - para que se pudessem plantar no seu lugar espécies que não causassem estranheza à nossa sensibilidade ocidental e que nunca tivessem de decifrar os seus usos.

Mas independentemente dos critérios de seleção e do destino final de cada espécie, o seu desfecho tem sempre um quê de violência inerente, pois para que isto acontecesse as plantas tiveram que ser fragmentadas. As folhas foram arrancadas, dissecadas e arquivadas em dossiês por jardins botânicos por esse mundo fora. As sementes foram levadas, em sacos, negociadas por fortunas ou por tuta e meia e plantadas em terras desconhecidas. Da madeira, fizeram-se casas, barcos, carroças, mobília e lenha para fornos e fogueiras. Das flores fizeram-se tintas para tingir a roupa, perfumes e mezinhas. Os frutos foram comercializados e trazidos como iguarias exóticas para as mesas dos ricos. Os seus nomes originais foram alterados ou esquecidos.

Curiosamente, de todas as espécies que foram plantadas durante esta época, as que verdadeiramente conseguiram adaptar-se ao seu novo habitat foram as plantas trazidas das colónias, que acabaram por se adaptar aos locais onde foram plantadas, o que não aconteceu com as plantas vindas de Portugal. Se é verdade que muitas destas espécies cresceram rapidamente nos novos locais onde foram plantadas, também é verdade que os resultados dessas plantações foram pouco satisfatórios, pois segundo os relatos, “as árvores tornam-se grandes, mas estéreis, não dão frutos”, “todos os legumes produzem bem, mas não são bons para semear e assim todos os anos é necessário procurá-las novas de Espanha”, e o trigo, o cereal tão indispensável para a existência da população – e já agora, da civilização - , “crescia “grosso como canas”, mas não fazia nenhuma espiga, e crescia de forma irregular. A terra oferecia e espalhava o que era seu, mas rejeitava o que lhe era dado. Era como se, de alguma forma, a terra tivesse encontrado a sua própria forma de resistência face ao que lhe era impingido por outros. O mesmo se pode dizer das plantas, que rapidamente se moldaram às suas novas circunstâncias.

A ideia das plantas como vítimas de colonização não é uma ideia minha, ouvi-a da boca de um artista. Ele disse, e cito, “Todos acham que os jacarandás em Lisboa são lindos,

mas ninguém pensa que estão associados à colonização, à escravatura e a tudo o que ela implica.” Ouvir isto chocou-me. Trabalho como guia turística há 5 anos, já fiz muitas tours de jardins em Lisboa, e posso dizer que, de tudo o que li, esta teoria não se encontra em lado nenhum. Não está em nenhum livro de botânica sobre a história de espécies tropicais que tenha lido, nem em qualquer descrição de qualquer um dos jardins com estas espécies. Aliás, no caso do Jardim Botânico da Ajuda, a explicação do site é esta:

### (AUDIO “História do Jardim Botânico da Ajuda”

#### Jardim Botânico da Ajuda

---

*Após o terramoto de 1 de Novembro de 1755, o Marquês de Pombal mandou construir na Ajuda uma residência provisória da família real, que ficou conhecida por “Paço Velho”. Para a implantação do Real Jardim Botânico, no sítio de Nossa Senhora da Ajuda, D. José I comprou ao conde da Ponte a quinta que este possuía junto ao Palácio da Ajuda.*

*Esta quinta destinava-se à cultura de frutas e hortaliças necessárias ao Palácio Real, mas por influência de Miguel Franzini, professor dos netos do rei, foi projetado para esse espaço o 15º Jardim Botânico da Europa. Destinava-se o jardim (...) à educação dos príncipes, em particular à do primogénito, D. José, então com 15 anos, e destinado a suceder a sua mãe.*

*Inicialmente denominado “Real Jardim Botânico da Ajuda, Laboratório Químico, Museu de História Natural e Casa do Risco”, o seu primeiro diretor foi Domingos Vandelli, que mandou vir plantas vivas e sementes dos jardins botânicos de todo o mundo, chegando a colecionar mais de 5000 espécies. No entanto, devido ao incremento das ofertas pelos governadores das colónias e à promoção da cultura de plantas úteis, mandadas vir do Brasil, Angola e Moçambique, o número de espécies existentes foi aumentando gradualmente.*

*Infelizmente, durante as Invasões Francesas, parte das coleções científicas, de valor incalculável, foram roubadas por naturalistas franceses e levadas para Paris, jamais regressando a Lisboa. A coleção original nunca mais foi recuperada.*

*O Jardim passou por um período de degradação, e só voltaria a recuperar algum do seu antigo fulgor na década de 90, quando foram feitas várias obras de recuperação e importação de plantas. Atualmente, o Jardim tem mais de 500 espécies, entre os quais se destaca a *Ficus macrofila* e o *Dracoena draco*.*

Ao ler muitas destas descrições de jardins, nada do que acabei de dizer é referido. Aliás, quando as leio, parece-me sempre que os horrores da conquista do território, da escravatura e da “conversão” forçada são postos de lado e as imagens com que ficamos são, assim, quase idílicas: exploradores que atravessam florestas densas, repletas de espécies nunca antes vistas por olhos europeus, carregadas de frutos e flores misteriosas. Cada espécie seria posteriormente analisada, desenhada e teria uma explicação de um local anónimo a falar sobre aquelas plantas. Depois, as sementes seriam levadas para a Europa e seriam alvo de novas análises, desta vez do ponto de vista científico. Uma imagem nobre, excitante, um cenário digno de grandes obras literárias e de filmes épicos. Mas, se voltarmos a aplicar o “filtro” da colonização, o caso muda de figura, pois nada aconteceu de forma tão inocente. Muito pelo contrário. As consequências de um processo tão violento como o que fizemos com as plantas continuam a refletir-se por todo o lado. Estão presentes na rua, nos parques e nos jardins. Estão nos supermercados, feiras agrícolas e mercados. Estão dentro de museus, atrás de redomas de vidro, com placas de metal, e como temas de exposições e galerias. Estão guardadas em gavetas, dossiês e no meio de livros. Estão entalhadas em lojas de antiguidades, nos sótãos de família ou até num belo lugar de destaque no meio das divisões das nossas casas.

Fazemos o nosso quotidiano sem qualquer noção daquilo que agora me parece ser óbvio. Que as plantas são, também elas, vítimas silenciosas de circunstâncias que as transcendem, sendo arrancadas da sua terra natal, transpostas para uma terra estranha, e condenadas a por aí permanecer. E no entanto, seja sob a forma de planta, árvore, mobília ou cadeira, a madeira resiste.

**FIM**